



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA



NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE

PEDRO ZUCON RAMOS DE SIQUEIRA

A roça do futuro: agroecologia e campesinato em assentamentos de reforma agrária no
território sul de Sergipe.

PEDRO ZUCON RAMOS DE SIQUEIRA

A roça do futuro: agroecologia e campesinato em assentamentos de reforma agrária no território sul de Sergipe.

Dissertação apresentada ao Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema) da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Adauto de Souza Ribeiro

Coorientador: Prof. Dr. Emílio de Britto Negreiros

Sergipe – 2014

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Siqueira, Pedro Zucon Ramos de
S618r A roça do futuro : agroecologia e campesinato em
assentamentos de reforma agrária no território sul de Sergipe /
Pedro Zucon Ramos de Siqueira ; orientador Adauto de Souza
Ribeiro. – São Cristóvão, 2014.
101 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)
- Universidade Federal de Sergipe, 2014.

1. Reforma agrária - Sergipe. 2. Movimento dos Trabalhadores
Rurais Sem-Terra - Sergipe. 3. Ecologia agrícola. I. Ribeiro, Adauto
de Souza, orient. II. Título.

CDU 332.021.8(813,7)

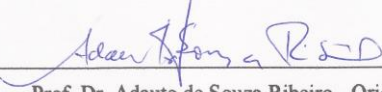
PEDRO ZUCON RAMOS DE SIQUEIRA

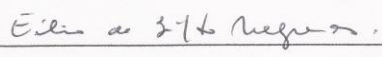
A roça do futuro: agroecologia e campesinato em assentamentos de reforma agrária no
território sul de Sergipe.

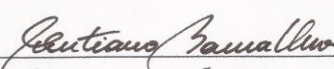
Dissertação apresentada ao Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente
(Prodema) da Universidade Federal de
Sergipe, como requisito para a obtenção
do título de Mestre em Desenvolvimento
e Meio Ambiente.

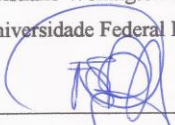
Sergipe, 26 de fevereiro de 2014

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Adauto de Souza Ribeiro - Orientador
Universidade Federal de Sergipe


Prof. Dr. Emilio de Britto Negreiros – Coorientador
Universidade Federal de Pernambuco


Prof. Dr. Cristiano Wellington N. Ramalho – Membro interno
Universidade Federal Rural de Pernambuco


Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos – Membro externo
Universidade Federal de Sergipe

Sergipe – 2014

Agradecimentos

Muito obrigado:

Ao meu Pai do céu, pela coragem de ir em frente;

À minha mãe, Maria Helena Zucon Ramos de Siqueira e ao meu pai, Edmar Ramos de Siqueira, exemplos, amigos e companheiros, pelo incentivo, companhia, discussões, amor expresso e inabalável, que permitiu a influência sem a intromissão, sem os quais nada disso teria sido feito;

À minha irmã, Camila Zucon Ramos de Siqueira, que me deu a vontade de estudar, tudo começou na minha cabeça ao vê-la defender seu mestrado;

À Caroline Azevedo Prudente, a companheira de todos os dias, pelo amor e apoio, sem os quais me faltariam forças;

À Marília Andrade Fontes, por me dar o tema da pesquisa e por todo o trabalho conjunto;

Ao meu orientador, Adauto de Souza Ribeiro e ao meu coorientador, Emílio de Britto Negreiros, pelo apoio, de cada um ao seu modo em uma complementaridade fundamental;

Aos companheiros do “Camponês a Camponês”, onde este trabalho foi feito;

A todos os camponeses e camponesas do sul sergipano, por me inspirarem com sua luta, a construir um caminho profissional e acadêmico engajado na transformação agrária.

Resumo

A roça do futuro é a combinação de tudo que foi deixado como legado por camponeses de todos os tempos, um testamento de anos de luta pela sobrevivência e pela terra. Como projeto daquilo que ainda está por vir e da incompletude permanente que é característica, principalmente, das atividades diretamente relacionadas com as forças da natureza, esse futuro depende de um passado experimentado, com lições aprendidas e técnicas aprimoradas, mas que pode ser inviabilizado, invalidado se não compuser um projeto de sociedade que, como na roça, consiga conjugar o antigo e o avançado, equilibrando a especialização com a diversidade, deixando a dependência para rumar para autonomia. Ainda que em transição do artificialismo para a naturalização dos processos. Neste trabalho a ideia é colaborar com o discurso que enfrenta o modelo agrário hegemônico, por meio da análise do discurso dos camponeses e camponesas com relação ao seu modo de vida, história de luta e suas práticas agroecológicas. O método analítico tem como base a pesquisa-ação onde o ator acadêmico é parte integrante e tem a agroecologia como instrumento de ação e ferramenta de fortalecimento do campesinato em hipótese. A história de vida de camponeses reunidos em quatro assentamentos, Carlos Gato composto por 23 famílias, Rosa Luxemburgo com 26 famílias, Paulo Freire, com 24 famílias e 17 de Abril com 30 famílias, distribuídos entre Arauá e Estância, região Sul de Sergipe. A percepção do estudo concluiu que as características camponesas têm princípios agroecológicos em suas ações associados à mística e à história do campesinato no Sul do estado de Sergipe, suficientes para construção da roça do futuro.

Palavras chave: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, História de Vida Camponesa, Agricultura Familiar Camponesa, Mística.

Abstract

The crop of the future is the combination of all that was left as a legacy by peasants of all times, a testament to years of struggle for survival and land. As a project of what is yet to come and the permanent incompleteness that is characteristic, mainly, of activities directly related to the forces of nature, that future depends on a tasted past, with lessons learned and techniques improved, but it can be made impossible, invalidated if it does not compose a project of society such as in the rural areas, can blend the old and advanced, balancing specialization and diversity, leaving the dependency to head for autonomy. In a transition from the artificiality to the naturalization of the processes. In this paper the idea is to collaborate with the discourse that faces the hegemonic agrarian model, by analyzing the speech of peasants with regard to their way of life, their history of struggle and agroecological practices. The analytical method is based on action research where the academic actor is part of, and brings agroecology as an instrument of action and tool in strengthening the peasantry. The life history of peasants gathered in 4 settlements, Carlos Gato consisting of 23 families, 26 families with Rosa Luxemburgo, Paulo Freire, with 24 families and 17 de Abril to 30 families distributed among Arauá and Estância, South region of Sergipe. The perception of the study concluded that peasant agroecological principles have characteristics associated with their mystique and the history of the peasantry in the south of the state of Sergipe, sufficient to construct the crop's future actions.

Keywords : Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, History of Peasant Life, Peasant Family Farming, Mystic.

Sumário

Agradecimentos	1
Resumo	2
Abstract.....	2
INTRODUÇÃO	5
a) Motivação	11
b) Problema de Pesquisa	16
c) Questões e Objetivos da Pesquisa	19
d) Relevância da pesquisa.....	20
e) Limites da Pesquisa	22
CAPÍTULO I - O PROCESSO: DE SEM-TERRA A CAMPONÊS	24
1.1 O começo	29
1.2 O acampamento.....	31
1.3 O assentamento	37
1.4 As Marchas	40
1.5 Reforma agrária.....	41
CAPÍTULO II - O CAMPONÊS AGROECOLÓGICO	48
2.1 As agriculturas do Brasil	48
2.2 Agroecologia e Campesinato	54
2.3 Princípios agroecológicos	66

CAPÍTULO III - AS PRÁTICAS CAMPONESAS E AGROECOLÓGICAS.....	75
3.1 <i>Pedagogia “da roça”</i>	85
CONCLUSÃO.....	96
REFERÊNCIAS.....	99
Anexos.....	104

INTRODUÇÃO

A roça do futuro é a combinação de tudo que foi deixado como legado por camponeses de todos os tempos, um testamento de anos de luta pela sobrevivência e pela terra. Como projeto daquilo que ainda está por vir e da incompletude permanente que é característica, principalmente, das atividades diretamente relacionadas com as forças da natureza, esse futuro depende de um passado experimentado, com lições aprendidas e técnicas aprimoradas, mas que pode ser inviabilizado, invalidado se não compuser um projeto de sociedade que, como na roça, consiga conjugar o antigo e o avançado, equilibrando a especialização com a diversidade, deixando a dependência para rumar para autonomia. Ainda que em transição do artificialismo para a naturalização dos processos. Neste trabalho a ideia é colaborar com o discurso que enfrenta o modelo agrário hegemônico, por meio da análise do discurso dos camponeses e camponesas com relação ao seu modo de vida, história de luta e suas práticas agroecológicas. O método analítico tem como base a pesquisa-ação onde o ator acadêmico é parte integrante e tem a agroecologia como instrumento de ação e ferramenta de fortalecimento do campesinato em hipótese. A história de vida de camponeses reunidos em quatro assentamentos, Carlos Gato composto por 23 famílias, Rosa Luxemburgo com 26 famílias, Paulo Freire, com 24 famílias e 17 de Abril com 30 famílias, distribuídos entre Arauá e Estância, região Sul de Sergipe.

Esse trabalho nasce antes do curso de mestrado, ele conflui com um estudo maior, de um grupo de pesquisa que pretende estudar e potencializar a agroecologia no estado de Sergipe, isso como ideal, sonho distante, mas para o qual não faltam medidas práticas, teóricas,

técnicas e políticas que viabilizem o seu início. Nesse âmbito o grupo¹ aprova o projeto “Construção do conhecimento agroecológico por meio de intercâmbios em redes sociais” em edital interno da Embrapa. Cada um dos membros se compromete em estender para a academia o estudo, e o fazem. Com o tempo e com o fortalecimento das parcerias se viabiliza a contratação dos integrantes para desenvolverem/ampliarem o projeto dentro da assistência técnica do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o que compõe a tríade academia, pesquisa e extensão.

O projeto, de forma sucinta, pretende criar o ambiente favorável à construção, elaboração, socialização e refinamento dos conhecimentos agroecológicos demandados/presentes na agricultura da reforma agrária de Sergipe, isso tudo por meio de intercâmbios de agricultores, nas suas próprias comunidades, circunvizinhas ou mesmo na sua região do estado, com base na metodologia, já utilizada em grande parte da América Central e do Sul e conhecida em muitos países do eixo Sul-Sul, como “Campesino a Campesino”, organizada e editada por Holt-Giménez (2008).

Nessa dissertação a pretensão é entender o perfil desses camponeses e a sua relação com a agroecologia, e nesse processo, atender à necessidade de pesquisa desse grupo com relação a quem são esses agricultores agroecológicos, ou esses camponeses da reforma agrária, quando e como esses conceitos se misturam, e ainda, qual é o resultado dessa junção. O que há de

¹ Grupo formado a partir da aprovação do projeto “Construção do conhecimento agroecológico em territórios de identidade rural por meio de intercâmbios em redes sociais” no edital da chamada 12/2011 – Macroprograma 6, composto por profissionais de diferentes instituições, sejam eles, Edmar Ramos de Siqueira, pesquisador da Embrapa, Irene Maria Cardoso, professora da UFV, José Ubiratan Rezende Santana, Incra, Eraldo da Silva Ramos, professor da UFS, Henrique de Cerqueira Souza, consultor do Instituto de Permacultura da Bahia, Marília Andrade Fontes, do MST, Jorge Enrique Montalvan Rabanal, do MST, Karoline Coelho, mestranda em antropologia, Fernanda Amorim, da Embrapa e Pedro Zucon Ramos de Siqueira, mestrando do PRODEMA.

camponês nesse agricultor agroecológico e ainda, o que há de agroecologia no campesinato. Existe um sem o outro? Um sempre inclui o outro?

É claro que as questões não podem ser respondidas assim, tão sim ou não, são tons, que em certos momentos se confundem, mas às vezes aparecem tão distintos que parecem não guardar nenhuma relação. A agroecologia é um tema em construção, e também em disputa. Nesse trabalho a tentativa é seguir a trilha da agroecologia como movimento social, movimento dentro dos movimentos, com bases científicas e acadêmicas, que a constroem alicerçada na realidade do campo, ator e autor dessa construção.

Agroecologia que também é compreendida como um conjunto de conhecimentos que possibilita aos camponeses, expropriados dos seus meios de produção e tornados reféns das empresas fornecedoras de insumos e do mercado que consome seus produtos, mudar o seu modo de produção a fim de atender a sua própria necessidade de reprodução social fazendo frente aos avanços do agronegócio, que representa no campo, o capital financeiro (GUHUR e TONÁ, 2012).

Nesse trabalho, reconhecemos a agroecologia como ciência (ALTIERI, 1999, CAPORAL e COSTABEBER, 2002, GLIESSMAN, 2000), também o seu viés sociológico, defendido pela “escola europeia”, com seus expoentes Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel Gonzáles de Molina, que buscam a caracterização agroecológica do campesinato (GUHUR e TONÁ, 2012), objetivo desse trabalho. Mas principalmente, entendemos a agroecologia como ferramenta de fortalecimento do campesinato (PETERSEN, 2009), como via de se trilhar o caminho histórico do campesinato de autonomia e resistência aos modelos hegemônicos, bem como acessar os mercados interessantes a essa classe, aqueles que a possibilitam comercializar agregando o devido valor ao seu produto e com suporte institucional que permita o escape às relações de dependência e desvalorização dos seus produtos. Há os

camponeses que se transformarão em burgueses, modernizando-se e absorvendo o modelo conhecido como moderno da agricultura, há os camponeses que têm se tornado e continuarão se tornando assalariados, expulsos muitas vezes do campo pela impossibilidade de se estabilizarem economicamente, mas também há a possibilidade de existência de um outro grupo de camponeses, que talvez tenham sempre existido, que são aqueles que, por um lado, fechados em si mesmos, ou seja, buscando cada vez mais uma maior autonomia na sua unidade produtiva, se fortalecem produtiva e economicamente a ponto de se relacionarem com os mercados na justa medida dos seus interesses, essa é a agricultura camponesa agroecológica, na nossa maneira de entender.

Esse trabalho está dividido em três capítulos, “O Camponês agroecológico”, “De Sem Terra a Camponês” e “As Práticas Agroecológicas”, onde em cada um desses capítulos serão apresentadas falas dos camponeses entrevistados, fortalecendo e corroborando a literatura pertinente, fazendo a ligação do campo com a literatura.’

No capítulo **“De Sem Terra a Camponês”**, o que se pretende é explicitar de uma forma linear aquilo que não é linear. É narrar o processo que leva os denominados e autodenominados Sem Terra a se transformarem em camponeses, sabendo-se que ainda existe o processo de se tornar sem terra, mas isso é comentado mais superficialmente. Existem certas etapas, mutáveis e nem sempre encadeadas que compõem esse processo, tais como a ocupação, o acampamento, o assentamento e ainda as marchas. Elementos constituidores da reforma agrária do Brasil, berço de trabalhos em agroecologia e parte fundamental do processo de recampesinização presente no campo brasileiro.

No capítulo **“O Camponês agroecológico”** a ideia é buscar as semelhanças, entre campesinato e agroecologia, indo para isso, ao que é essencial para cada um desses movimentos, aprofundando-se mais na agroecologia, alvo maior desse trabalho, mas

compreendida como ferramenta de fortalecimento do campesinato, alvo maior dos movimentos sociais do campo. Por estar em construção, a agroecologia necessita de princípios que a norteiem, e esses princípios devem ser construídos com a base social, com os agricultores e suas famílias, em consonância com a realidade vivida de cada região, cada comunidade. Nesse capítulo é apresentada a lista de princípios construída em um grupo de agricultores participantes de intercâmbios agroecológicos nos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhy.

Ainda nesse capítulo inicial, se apresenta definições e diferenciações relativas aos modelos de agricultura contrapostos no seio da nossa sociedade, sejam eles, a agroecologia e o agronegócio, este último também se contrapondo ao campesinato enquanto organização social e também como modo de vida.

Em **“As Práticas Agroecológicas”**, capítulo final desse trabalho, o foco são as atividades práticas de cada camponês e as suas relações com a agroecologia e com a resistência camponesa, demonstrando um pouco da riqueza existente no campo, seus valores e princípios, e como isso pode definir um modelo de campo não homogêneo que lida de forma mais flexível com as adversidades ambientais, sociais e mercadológicas.

O que é transversal aos três capítulos é a presença dos depoimentos dos camponeses, selecionados os oito participantes do projeto “Construção do conhecimento agroecológico em territórios de identidade rural por meio de intercâmbios em redes sociais” nos quais foi possível identificar a maior quantidade dos princípios agroecológicos construídos na rede social desse projeto, apresentados no primeiro capítulo. Neste projeto, hoje conhecido por “Camponês a Camponês”, são identificados agricultores de referência nas comunidades a serem visitadas, a partir do depoimento de agricultores, técnicos ou representantes das comunidades, esses agricultores são visitados por uma equipe técnica, da qual faço parte, e

gera um intercâmbio de construção de conhecimento agroecológico, ao final desse encontro, uma nova família agricultora é sugerida pelo grupo, e o processo se reinicia. As experiências são sistematizadas e reapresentadas aos grupos de agricultores. Ao tempo do trabalho de campo dessa dissertação, havia em torno de vinte experiências sistematizadas na região sul de Sergipe, das quais foram escolhidas essas oito que compõem os depoimentos/entrevistas desse trabalho.

As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, com algumas perguntas norteadoras para uma conversa sobre a história de vida, práticas agrícolas e envolvimento social das famílias dos agricultores entrevistados. O roteiro da entrevista utilizada consta nos anexos.

Todos os entrevistados já eram conhecidos previamente, dessa forma, para proceder a entrevista foi feito contato telefônico para agendamento dos melhores dias e horários para cada um. No dia da entrevista, sentávamos em algum ambiente calmo e tranquilo da casa para conversar, muitas vezes falando primeiramente sobre assuntos diversos para então proceder uma explicação do que se tratava exatamente aquela entrevista, para assim começar o roteiro e a gravação.

As entrevistas foram transcritas na sua totalidade, tentando ao máximo reproduzir a linguagem utilizada pelos entrevistados, para assim transmitir melhor a “sensação de ouvir ao ler”, transportando quem lê, um pouco mais ao universo rural.

Depois de transcritas foram escolhidas as partes a serem utilizadas em cada capítulo, às vezes previamente, ou seja, “da entrevista para o texto”, mas muitas vezes também ao longo da construção do texto, algumas ideias e conceitos dos autores referenciados imediatamente conduziam a certos trechos das entrevistas, fazendo assim um “caminho de mão dupla”.

Durante a realização desse trabalho pôde-se perceber duas lacunas principais, a primeira no campo teórico, se percebe que há ainda muita leitura pertinente a ser realizada, autores que

foram percebidos somente nos momentos finais como muito importantes para a discussão, ficaram para serem lidos mais profundamente em trabalhos futuros. A bibliografia sobre campesinato é muito vasta e nos leva a muitas outras leituras, são muitos autores clássicos e muitos atuais também, são numerosos autores e autoras que precisam ser lidos. Na agroecologia não é diferente, apesar de não ser tão vasta a literatura, é durante o processo de revisão bibliográfica que descobrimos o quanto mais precisa ser lido. E tanto relativo ao campesinato como à agroecologia, faltou uma análise mais aprofundada da crítica às duas ideias, contrapor os pensamentos das linhas de pesquisa que se contradizem, na tentativa de aproveitar o melhor de cada uma delas, mas também identificar-se mais claramente com uma das vertentes e construir uma crítica acadêmica coerente e embasada às análises divergentes.

No que se refere ao trabalho de campo, as famílias poderiam ser mais observadas, faltaram entrevistas com outros membros da família, só em um dos casos foi entrevistado o casal. A história de vida mais completa, mais detalhada e com mais visões, com certeza, iria enriquecer o trabalho, bem como um acompanhamento mais amigável da prática agrícola de cada entrevistado, tentar compreender melhor a sua dinâmica anual, quais as mudanças nas diferentes estações. Mas longe de desanimar, essas lacunas apontam para o futuro, para mais estudos e pesquisas a serem realizados.

a) Motivação

O meu primeiro contato consciente – porque comprar alimentos no supermercado não conta - com a agricultura foi já adulto, com um agricultor que cultivava suas terras em sistemas agroflorestais sucessionais (SAFS), melhorados ainda pela decisão de incluir o fator estético,

fato que o levou a denominar o seu sistema de “jardinagem florestal”. Ele é agricultor, engenheiro agrônomo e mestre em genética, biodiversidade e conservação, Henrique de Abreu Cerqueira Souza. Os SAFS preveem a produção de alimentos associada à construção de uma floresta, respeitando a maneira da natureza de estabelecer a sucessão de espécies, e conhecendo esse processo, tornar possível a aceleração do seu desenvolvimento. É um modelo de produção agrícola completo, recupera o solo, produz alimentos diversificados em abundância, e produz ainda madeira, para construções e lenha (GÖTSCH 1997, PENEIREIRO, 1999, 2002). Depois desse contato, todas as experiências vivenciadas em agricultura pareceram estar em um estágio anterior, caminhando para chegar nesse grau de diversidade, interação com o ecossistema e autonomia de insumos. Mas ao mesmo tempo, traz a esperança, necessária, para buscar caminhos alternativos para a produção agrícola, já que se parte do princípio de que é possível fazer uma agricultura de impactos positivos com grande produção e produtividade (PENEIREIRO, 2002 e VIVAN, 2000). Mas essa é a experiência de um grupo de agricultores, forte, principalmente na região amazônica. Mas como fazer para que o campo brasileiro, ou pelo menos sergipano, trilhe caminhos parecidos, de independência e autonomia. Como fazer isso, partindo, por exemplo, do público da reforma agrária. De uma forma geral, acredito ser esse o desafio que está posto no campo hoje, assumido por tantas pessoas e instituições, articuladas em grupos de trabalhos, associações e redes, e aos quais, esse trabalho pretende se somar.

Com o início das atividades do projeto “Construção do conhecimento agroecológico em territórios de identidade rural por meio de intercâmbios em redes sociais”, chamado “Camponês a Camponês” pelo seu embasamento na metodologia “Campesino a Campesino” (HOLT-GIMÉNEZ, 2008), foram se clareando as esferas que compunham esse trabalho, a família, como envolver todos os integrantes daquele grupo familiar na discussão da

agroecologia, principalmente, descentralizar a participação do homem e abrir espaço para a participação das mulheres e dos jovens. A alimentação, outro eixo de grande conexão com a produção agroecológica, como contextualizá-la, como transformá-la também em um momento pedagógico, formativo? E o assunto que me atraiu particularmente, a história de cada um, o que constitui cada agricultor ou cada agricultora no que vamos denominar nesse trabalho de camponês agroecológico? E nesse tema eu me aprofundi para desenvolver essa pesquisa de mestrado.

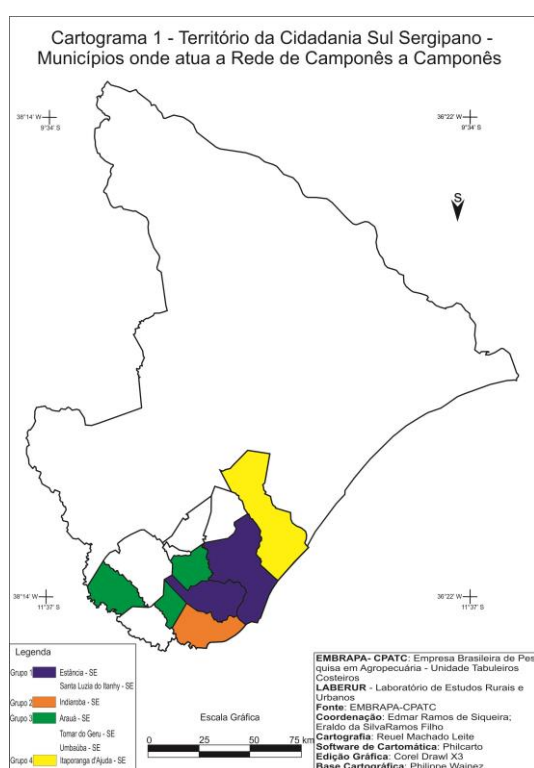


Figura 1 Atuação do projeto "Camponês a Camponês".

Fonte: Arquivo do projeto.

A tentativa tem sido de transversalizar essa proposta unindo a academia com parcerias na pesquisa e atuando no serviço de ATER/ATER do INCRA, que é o serviço de assessoria técnica, ambiental e social disponibilizado aos agricultores da reforma agrária, para assim chegar aos agricultores e com eles buscar, de fato, a construção de conhecimentos

agroecológicos pertinentes. E nesse conjunto, perceber as realidades, discutir as possibilidades e entender quais as inter-relações inerentes às questões relativas à adoção de modos de produção alternativos ao modelo estabelecido pela revolução verde (PEREIRA, 2012) e, em que medida isso se complementa e/ou se confunde com a histórica e atual resistência do campesinato brasileiro frente aos avanços contínuos das forças capitalistas e industriais no campo.

Na dinâmica do projeto “Camponês a Camponês”, um grupo variável, composto por pesquisadores e analistas da Embrapa, assessores técnicos do MST, professores e estudantes das Universidades Federais de Sergipe e de Viçosa, funcionários do INCRA e participantes de projetos ligados ao desenvolvimento rural agroecológico de Sergipe, se reúne para pensar as atividades do projeto, que são basicamente intercâmbios mensais em quatro grupos de agricultores do sul de Sergipe, momentos mais espaçados onde ocorrem a avaliação e o planejamento relativo às atividades de intercâmbio junto a esses grupos e ainda, eventos acadêmicos de discussão metodológica sobre as temáticas do campo onde se busca promover o encontro da cidade, do acadêmico, com o rural, mas, diferente dos intercâmbios que fazem isso no território camponês, proporcionar essa interação dentro das universidades e das instituições de pesquisa. Além de uma reunião semanal do corpo técnico para fins de planejamento e avaliação das atividades e acolhimento de novos integrantes interessados em participar do grupo.

Os intercâmbios, que são a essência desse trabalho têm normalmente a duração de um dia, começam em torno de 09h00min com uma dinâmica inicial que pode ser uma música, uma brincadeira ou uma atividade de descontração onde os participantes se apresentam, ou pelo menos as comunidades que têm representantes presentes são chamadas para a roda, segue-se

com a audição da história da família camponesa que recebe o grupo, com perguntas dos participantes.



Figura 2 Dinâmica de abertura de intercâmbio no assentamento Paulo Freire II.

Fonte: Arquivo do projeto "Camponês a Camponês" 2013.

Depois da dinâmica inicial e da história de vida da família anfitriã, a depender do tempo dispendido parte-se para a visita ao lote ou para o almoço. Na visita a família mostra o que considera relevante na sua produção, de positivo ou de negativo, é o momento que o grupo discute aquela experiência e cada um externaliza a sua própria, aprendendo e ensinando, no grupo. O almoço é preparado pela família que recebe ou por um grupo de pessoas da comunidade, dependendo da quantidade de pessoas no intercâmbio, que varia de 20 a 50 pessoas, preferencialmente com produtos provenientes do local, na medida do possível. Durante a visita, é pedido a cada participante que colete um objeto que vai ajudá-lo a fazer uma pequena fala de avaliação ao final, referindo-se à experiência visitada e ao processo de intercâmbio.



Figura 3. Almoço no intercâmbio no assentamento Pau Torto, em Santa Luzia do Itanhý.
Fonte: Arquivo do projeto "Camponês a Camponês" 2013.

O próximo passo é planejar a atividade seguinte, data e família anfitriã. Se surgem muitas indicações para o local do próximo intercâmbio, a equipe técnica, da qual faço parte, sai com os nomes e o compromisso de visitar algumas daquelas e definir posteriormente onde será a próxima visita. Quando se completam 10 intercâmbios há uma atividade de avaliação e planejamento, além da leitura dos boletins, que são as sistematizações das experiências visitadas, para todos do grupo para a sua aprovação antes da impressão em larga escala para distribuição entre o grupo e em eventos correlatos.

b) Problema de Pesquisa

Escreve-se muito acerca da extinção do camponês. Ramos Filho (2005) explica as duas maneiras que o grupo de analistas que se baseiam na teoria clássica percebem a expansão do capitalismo no campo como fator de desaparecimento do campesinato. Uma maneira é o

processo de diferenciação dentro do próprio campesinato, onde os próprios agricultores ao aderirem aos pacotes tecnológicos de produção agrícola acabariam se endividando e com isso vendendo suas terras para se tornarem assalariados. Outra forma é a modernização dos latifúndios que se transformam em capitalistas agrícolas e teriam seus interesses unificados com os camponeses enriquecidos, e os camponeses pobres se proletarizariam. Não havendo assim mais espaço para as relações não capitalistas.

Nos dias atuais, tudo o que se possa relacionar com o modo de vida camponês tem sido propagandeado como “de pobre”. E é um fato, ninguém quer ser pobre. Hoje nos deparamos com um quadro diferente daquele modelo, como o feudal, onde estava claro quem era o explorado, quem era o explorador, e como cada um desses se comportava, vestia, comia, vivia. Hoje os exploradores não chicoteiam, eles pagam pela produção, eles ensinam a usar os produtos que vendem, financiam a produção. Ficou muito mais difícil de resistir ao inimigo, nós mesmos compramos os aparelhos e os ligamos para aprender como devemos ser e o que devemos consumir.

Reforça essa constatação a forma como o meio rural é definido oficialmente no Brasil, sempre é o entorno, a periferia de uma cidade, a despeito de quão rural seja a cidade, o centro comercial, religioso, educacional e administrativo de qualquer conglomerado de população é considerado urbano, fazendo a vida social daquela população depender dessa região central onde, inclusive, muitos optam por residir, enfraquecendo toda uma vida social que poderia se definir como rural (Wanderley, 2000).

Tenta-se ainda, além do alinhamento do campesinato com a pobreza, para denegri-lo, a sua relação com aquilo que é defasado, contrapondo-o ao moderno representado na pequena agricultura pelo conceito de agricultura familiar, como explicita Fernandes (2002):

A construção teórica da agricultura familiar tem construído a compreensão e a percepção que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso. Evidente que os custos políticos dessas formas de entendimento são altíssimos para os movimentos camponeses (FERNANDES, 2002, p. 07).

Ao ponto de agricultores e agricultoras, e principalmente jovens, rejeitarem a denominação de camponês, preferindo “ser” um agricultor familiar, um trabalhador rural, qualquer coisa que o conecte a uma existência mais moderna, mais ligada aos valores urbanos de avanço tecnológico ou relação empregatícia, tão valorizados na cidade.

É também uma luta no campo dos conhecimentos, não só do modo de vida, nas palavras de Petersen *et al.* (2002),

A força ideológica do paradigma técnico-científico veiculado pela Revolução Verde terminou por desqualificar em meio aos próprios agricultores sua vocação enquanto legítimos portadores e geradores de conhecimentos de extrema valia para o desenvolvimento tecnológico, reservando à comunidade científica o monopólio do processo de geração do conhecimento técnico na agricultura (PETERSEN *et al.*, 2002, p. 02).

Vivemos hoje em uma sociedade eminentemente urbana, que carrega o pressuposto de que o centro da sua existência não só é estabelecido nas cidades, e principalmente nas grandes cidades, mas também que a forma de vida da cidade é a forma correta, e que ao invés de uma ideia de complementaridade entre campo e cidade o que se faz necessário é uma homogeneização dos hábitos e padrões urbanos.

Essa ideia pode parecer à primeira vista, coerente. Os centros urbanos são para onde todos e tudo conflui e de onde tudo é emanado. Algo parecido com o coração, se usarmos o corpo humano como um paralelo. Mas não é assim, de forma generalista que devemos analisar essa situação, e sim de uma forma mais minuciosa, a estrutura em si, pode estar com um aspecto harmônico, mas é o funcionamento que nos demonstra a contradição, onde, de forma bem

simples, podemos pensar na impossibilidade de que células, enzimas ou tecidos, do estômago, ou do intestino, ligados principalmente aos processos de digestão e eliminação, tivessem a necessidade de aprender como se bombeia sangue no coração. E não é isso que vem acontecendo no que diz respeito à educação das crianças do campo? Cada parte do processo deveria ter a sua parcela de importância, de forma equilibrada, quando decidimos supervalorizar um aspecto, fato é que se desestabiliza o conjunto.

Nesse contexto conturbado, é necessário compreender as estratégias camponesas de resistência, socializá-las e fortalecê-las. O povo camponês permanece resistindo, fica para a academia, saber identificá-los, somar-se a eles e assim, construir um discurso que vá aos poucos minando a hegemonia desse modelo de sociedade que tanto define como todos devemos ser, querendo semear, não só nos campos, mas também na cidade, monoculturas, frágeis, dependentes, degradantes do entorno, que favorecem muito poucos em detrimento de muitos outros.

c) Questões e Objetivos da Pesquisa

De forma geral, pretende-se descrever o camponês agroecológico do sul sergipano de hoje, no tocante ao seu modo de produção, vida e resistência aos pacotes tecnológicos da agricultura. Pacotes esses representados principalmente pela inserção de símbolos estranhos à agricultura camponesa, transformando cada vez mais o campo em um mercado consumidor, de produtos, implementos, insumos e serviços, por meio da fragilização dos sistemas agrícolas, tornando-os dependentes de círculos fechados de produtos que prendem o agricultor a determinada semente, que requer certo fertilizante, que precisa de um veneno específico, de

um trator e de um implemento, que possibilitem uma produção que o mercado absorva e que o banco financie.

Especificamente se vai:

Identificar agricultores da reforma agrária com práticas camponesas e agroecológicas em assentamentos do Sul Sergipano que tenham na sua forma de vida e produção características de resistência, luta pela terra, alguma medida de autonomia alimentar e de insumos.

Resgatar as histórias das famílias camponesas identificadas e buscar nessas histórias as relações do passado com o presente, a influência exercida pelas origens e pelas opções feitas ao longo da vida relativas ao modo de vida de cada uma delas.

Descrever o perfil da família agricultora da reforma agrária que permanece na atividade camponesa. Considerando as teorias clássicas de extinção e diferenciação do campesinato. Tomando por atividade camponesa, as práticas agrícolas consideradas agroecológicas, o envolvimento familiar na produção e o entendimento da importância do enfrentamento ao modelo agrário com base no agronegócio.

d) Relevância da pesquisa

A relevância dessa pesquisa pode ser observada desde o ponto de vista do grau de inserção nas realidades locais, já que pretende levantar questões que alimentem um processo maior, de transformação social. A pesquisa, de um modo geral, pode gerar conhecimentos a serem difundidos, pode ainda atender demandas, produzindo os conhecimentos que o seu público alvo precisa, porém, nesses dois casos o conhecimento está cerceado, alienado, não está a serviço da população como um todo, como deve estar a pesquisa das instituições públicas. E não é só uma questão de se colocar a serviço e esperar as solicitações ou simplesmente

perguntar à população o que se precisa. É mais do que isso que se espera da pesquisa acadêmica pública no Brasil, é uma disponibilidade para construir um caminho de aprendizado junto com a parcela interessada da população, com o público alvo, para usar uma linguagem mais atual.

Essa pesquisa, junto com outras do mesmo grupo, busca engrossar o discurso que fortalece, ressalta e socializa os conhecimentos construídos no esforço mútuo de agricultores, técnicos e pesquisadores, que colocam as suas habilidades à disposição uns dos outros a fim de que o resultado desse esforço reflita o mais fielmente a realidade percebida por essas três diferentes visões de mundo.

O Sul Sergipano tem diversas experiências agroecológicas, pulverizadas e, em larga medida, sem a percepção da unidade que as tangencia, não são ainda todos os trabalhos na área que percebem o inimigo comum como sendo o agronegócio, que é preciso construir uma opção de produção rural livre dos interesses do capital no campo.

Saber quem são os agricultores e agricultoras capazes e dispostos a resistir e mais, a construir um campo saudável e autônomo, socializar ao máximo as suas experiências, aprofundar as discussões e buscar trazer para os debates a maior diversidade possível de representações da sociedade civil, para possibilitar ligar assim, pontos isolados de sucesso agroecológico rumo à formação de uma rede, que se auto apoie e se recrie, fortalecendo o campo e aproximando a pesquisa dos agricultores, para com eles, construir um conhecimento necessário e contextualizado.

e) Limites da Pesquisa

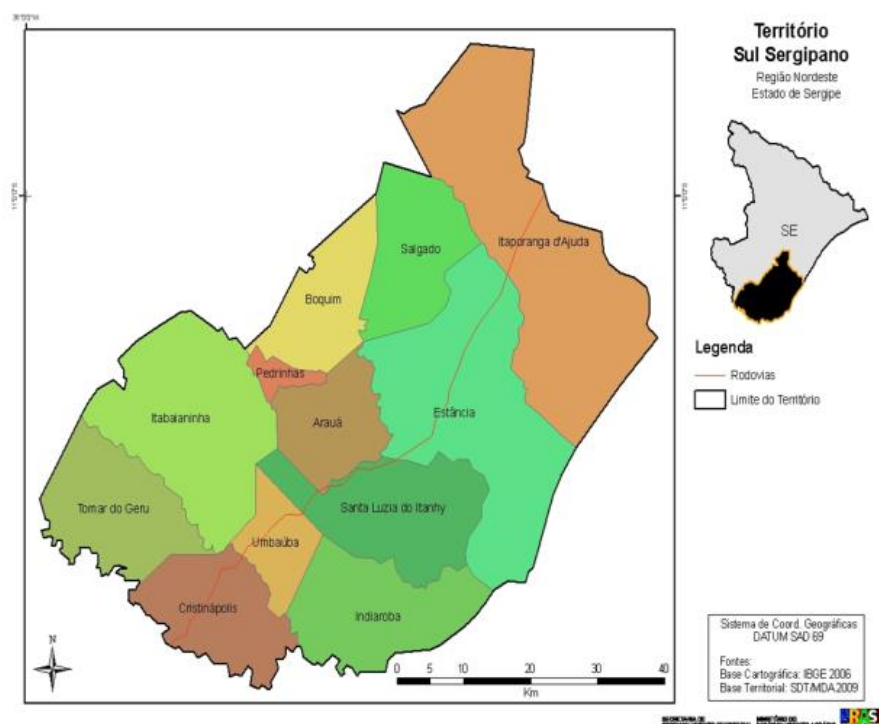


Figura 4.5.1 Mapa do Território Sul Sergipano. Fonte: IBGE 2006

A grande área deste estudo é o Território de Identidade Rural Sul Sergipano, que abrange 12 municípios: Cristinópolis, Tomar do Geru, Arauá, Boquim, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Itaporanga d'Ajuda, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba e abrange uma área de 3.950,90 Km². Este “território” é uma denominação oficial do governo que mais tarde se tornou Território da Cidadania Sul Sergipano, que apesar da nossa discordância com a utilização do termo território, temos usado como forma de facilitar o diálogo com organizações e instituições e também, principalmente, por acreditarmos que a melhor forma de inserção nessa região tem se dado através do colegiado territorial, fruto desta política, que na região sul do estado reúne diversas representações sociais do campo, legitimando mais facilmente trabalhos que tenham uma abrangência maior nessas localidades.

Dentro dessa região foram escolhidos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra localizados nos municípios de Estância e Arauá, distantes entre si 31 km. Os assentamentos participantes da pesquisa são: Carlos Gato, em Arauá, composto por 23 famílias, Rosa Luxemburgo, com 26 famílias, Paulo Freire, com 24 famílias, 17 de Abril com 30 famílias, estes últimos, todos em Estância.

A escolha se deu especificamente por agricultores, e não por assentamentos ou município. Foram escolhidos aqueles que, participando do projeto “Camponês a Camponês” tiveram suas experiências sistematizadas depois de terem recebido nos seus lotes um intercâmbio de caráter agroecológico, tendo sido, para isso, indicado pelo grupo de trabalho em que está inserido. E pela análise das sistematizações das suas experiências analisou-se as características camponesas e agroecológicas.

CAPÍTULO I - O PROCESSO: DE SEM-TERRA A CAMPONÊS

Terra, no Brasil, desde o tempo de colônia foi sinônimo de poder. Nem sempre privado, mas sempre poder. Os que recebiam as sesmarias da coroa tinham o poder sobre aquelas terras, poder econômico e político, tanto quanto hoje os grandes conglomerados do agronegócio controlam o mercado e o congresso (ALENTEJANO, 2012).

Antes de 1500 não era assim, e também nunca foi assim para a parcela da população que sempre viveu nas lacunas desses poderes. Entre esses podemos citar especialmente os povos indígenas e ainda, todos os povos que têm tradicionalmente ocupado territórios específicos do nosso país, em uma interação simbiótica com os ecossistemas que os abrigam, como são os seringueiros, castanheiros, pescadores, marisqueiras, caatingueiros, sertanejos, entre outros. Povos com traços culturais muito específicos, mas que a partir do momento em que unificam sua luta pela conquista e manutenção das terras tradicionalmente ocupadas nos mostram características comuns a todos, dentre as quais se destacam, a sua relação com a natureza, a relação com o território, a sua peculiar lógica econômico-produtiva, suas inter-relações com os outros grupos e a auto identificação (CRUZ, 2012). Para esses povos, terra tem outro significado, terra não tem dono, em muitas culturas podemos encontrar uma relação de pertencimento, muito mais das pessoas à terra do que o contrário, e não é raro relacioná-la com entidades superiores, “Mãe Terra”, “Gaia”, enfim, é um símbolo, de pertencimento e de fertilidade. Mesmo para os povos menos místicos, a clareza da dependência das pessoas em relação à terra não é menor.

Podemos ainda identificar outra forma de relação quando pensamos nos povos camponeses, que se viabilizam a partir da produção da terra, que historicamente mostrou poder ser de sua propriedade ou não, nos casos dos arrendatários ou meeiros, por exemplo.

Não há, necessariamente, a forte ligação territorial como no caso das comunidades e populações tradicionais. O território camponês não é só físico, é um território baseado no trabalho, baseado na sua capacidade de produzir alimentos, para si mesmo, para sua família ou para comercializar. Principalmente nos dias de hoje, quando vemos na reforma agrária, um processo que pode ser chamado de (re) campesinização, onde a família, rural ou não, se declara sem-terra, ou seja, se percebe privada das condições necessárias para se estabelecer de forma digna e saudável. Essa percepção, aliada aos movimentos do campo que mobilizam e politizam esses grupos de pessoas dispostas a resgatarem a sua camponesidade ou de iniciarem um processo de campesinização tem produzido diversos territórios camponeses, móveis, como o caso das marchas e das ocupações na cidade, de órgãos públicos e governamentais, os acampamentos e as ocupações rurais, dentro ou fora das propriedades declaradas improdutivas, aqueles de caráter mais definitivo, que são os assentamentos e ainda a presença camponesa nas feiras livres, nas feiras criadas para a agricultura familiar e ainda naquelas específicas da reforma agrária. Para esses povos camponeses, a terra significa, mais do que tudo, uma esperança de ressignificação da própria vida.

Bernardo Mançano Fernandes, em sua tese de doutorado discorre longa e claramente sobre as formas de luta pela terra e explica.

Participar de uma ocupação não é uma decisão tão simples, afinal mais do que experiência, significa transformar a própria vida. Por essa razão, muitas vezes, para algumas famílias, existe a indecisão e o medo. Para superar o medo é preciso confiança nas pessoas que compõem e coordenam o Movimento. Assim, uma liderança tem a responsabilidade de ao defender a ocupação, apresentar ideias e referências que permitam a superação das dúvidas. São os argumentos desenvolvidos nas reuniões dos trabalhos de base, no dimensionamento do espaço de socialização política” (FERNANDES, 1999, p. 272).

Na mesma linha de pensamento, Negão (Ivanilson Leal Santos), do assentamento Paulo Freire II em Estância, SE, ratifica as palavras do autor.

Já conhecia (o MST), mas eu tinha dúvida das conversas, né? Até que meu pai também tinha que era uma coisa contra lei, que ia ser uma revolução, até que na época que Lula entrou, meu pai disse, se Lula apoiar isso aí, vai virar uma guerra braba, vai matar muita gente porque tá tomando a terra do povo, mas é como se diz, a gente fica sem conhecimento das coisas da realidade, e aí faz como diz, eu fui a busca do conhecimento, pra saber da verdade e da realidade como é que funcionava mesmo, aí, meu pai já tinha participado duas vezes, no sindicato lá de Boquim, de reunião, dessa reunião que seria pela terra mesmo, pelo MST, duas vezes, e só tinha três reuniões, na que seria a terceira vez ele mandou eu ir, ele não queria ir mais, que não ia entrar nesse negócio não, lá ele queria ver se dava pra comprar a terra. Eu...como não tinha condições...como ele tinha participado duas vezes, eu fui uma, cheguei lá, né? Aí eu gostei, o presidente lá do sindicato é muito amigo de meu pai, amigo da minha família, meu tio tinha muitos anos de sindicato, aí ele participava com a gente também, deixou um bocado de coisa assim, aí foi que eu fiquei animado... (Ivanilson Leal Santos, assentamento Paulo Freire II, Estância, Sergipe, em entrevista).

Ainda Fernandes (1999) faz em sua tese uma gênese do campesinato brasileiro ao descrever as principais lutas e resistências populares, mostrando que o latifúndio e a consequente resistência a ele começaram no Brasil com a chegada dos portugueses. A partir deste ponto o que se seguiu foram, extermínio de populações, a escravidão de índios e negros, a exploração da mão de obra de imigrantes, tudo para a expansão do latifúndio. Com a excessiva exploração sempre houve revoltas, tratadas pelo estado como inimigo perigoso, abafadas, suprimidas e aniquiladas, muitas vezes com poder de guerra.

Foram os principais focos de resistência:

- a) Os povos indígenas que durante todo o processo de colonização resistiram em diversos enfrentamentos à coroa, portuguesa e espanhola, e tiveram seu maior

exemplo no massacre aos Povos Guaranis onde morreu Sepé Tiaraju, reconhecido líder da resistência;

- b) Os povos negros escravizados, que tiveram seu mais conhecido quilombo na região fronteira de Alagoas e Pernambuco conhecido por Palmares, onde, desde 1597, em diversas comunidades, viveram aproximadamente 20 mil pessoas. Palmares foi destruído em 1694, depois de 92 anos de resistência. “A sua vitória significaria novos territórios livres, o que aos senhores escravocratas não interessava. Palmares entrou para a história do Brasil como uma das grandes lutas de resistência contra uma das mais cruéis formas de exploração: o cativeiro.” (FERNANDES, 1999, p. 16);
- c) Os sem terra, que desde o fim da escravidão, dado o modelo de expansão latifundiária que se deu no Brasil com os processos de grilagem de terras, foram se constituindo um grupo cada vez maior composto por sitiantes, posseiros, ex-escravos e imigrantes que tinham a liberdade, mas não a terra, trabalhando em terras de outros e vivendo de forma migrante, trabalhando a terra na formação das grandes propriedades, e buscando sempre novas terras quando os pastos, pomares e plantações eram formados, expulsos para cada vez mais longe das boas terras, griladas pelos grandes proprietários, foi se estabelecendo a nova luta de libertação, a luta pela terra;
- d) Houve também Canudos, sob a liderança de Antônio Conselheiro que, em uma situação onde as terras que não eram dos grandes proprietários eram terras do Estado, tornando assim impossível àqueles que não detinham poder econômico a aquisição de terras nas quais trabalhar, Canudos se estabeleceu como uma grande comunidade onde era possível trabalhar pelo sustento, da família e ainda alimentar os velhos e desvalidos ali presentes. Canudos foi rechaçada como ameaça a

república, com acusação de serem monarquistas, foram investidas de expedições militares as mais diversas, até o seu total aniquilamento. “Fechava-se o século XIX com a guerra mais trágica, mais violenta do Brasil. Esta guerra representou o desdobramento das disputas pelo poder, entre os coronéis e o governo. Derrotar Canudos significava mais força política entre militares e civis, ligados ao interesse da economia da monocultura cafeeira. Para os sertanejos, combater os republicanos, tinha, antes de mais nada, o sentido de lutar contra os inimigos dos trabalhadores: os fazendeiros e os militares.” (FERNANDES, 1999, p. 20), hoje em dia, inimigo esse encarnado pelo agronegócio;

- e) No século XX, outra grande guerra camponesa, a do Contestado, onde o estado, ao conceder uma imensa faixa de terra à uma empresa ferroviária dos Estados Unidos, desalojou milhares de famílias camponesas e ainda deixou de herança na região cerca de 8 mil trabalhadores da ferrovia, desempregados ao final da obra, instabilizando ainda mais a conjuntura local. O movimento reuniu no seu auge cerca de 15 mil pessoas que, combatidas pelo estado com bombas e canhão foram sendo atacadas até o seu cerco final em 7 de dezembro de 1914;
- f) O cangaço, nas primeiras décadas do século XX reuniu camponeses rebeldes combativos que lutavam contra o poder absoluto dos coronéis no sertão do Nordeste, tendo sido o seu mais conhecido grupo o de Lampião, na região da fronteira dos estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

O que hoje fazem os movimentos de luta pela terra é atual, mas não é novo, nosso modelo sempre privilegiou poucos, e isso sempre gerou e sempre vai gerar indignação e revolta, é possível que a opressão e a expropriação dos “pequenos” nunca termine, porém, mais importante do que isso, é que a luta nunca termine, que a esperança de vivermos em um

mundo mais justo e melhor dividido permaneça sempre entre os que sofrem, e que dentre esses surjam sempre aqueles capazes liderar rumo à resistência.

1.1 O começo

E para que se inicie o processo de transformação, de sem terra em camponês, necessário se faz, primeiramente, definir-se sem terra, sendo assim, tomada a decisão de lutar pela conquista da terra, o natural é juntar-se a algum grupo já organizado por movimentos do campo, participar de reuniões preparatórias para que então se proceda efetivamente à ocupação de uma terra considerada improdutiva. Normalmente, em uma noite os barracos de lona são armados e na manhã seguinte está estabelecido o acampamento. O acampamento é o símbolo da luta pela terra, que comunica ao latifundiário proprietário da terra em questão, que há quem queira ocupar para produzir na terra que se encontra registrada em seu nome, e por algum motivo, normalmente por especulação imobiliária, está inativa, por assim dizer. Terra essa que aos olhos de quem trabalha a terra, não pode ser considerada propriedade de quem não dá a ela o seu sentido social, que é o de produzir alimentos e proporcionar trabalho e moradia às pessoas do campo. Comunica também à população dos entornos do acampamento o que se passa ali, questionando as verdades do senso comum, construídas a partir de princípios tão valorizados como o da propriedade privada, sem nunca pensar que sempre houve gente nos espaços que hoje são as propriedades privadas, mas o direito à propriedade desses povos e comunidades tradicionais nunca foi respeitado, e a grande pergunta é, porque só começar a valorizar o direito de propriedade depois de dizimar indígenas ou expulsar populações tradicionais? Outra função do acampamento, é claro, é pressionar as autoridades governamentais nos processos de desapropriação e emissão de posse, estabelecendo assim um projeto de assentamento. Martins (1999) esclarece essa questão a seguir.

Estamos em face de um processo histórico em que claramente interesses contraditórios se combinam e forças contrárias se empenham numa certa mesma direção básica. Não só grupos populares estão querendo, mais do que uma reforma agrária. Querem uma revisão do direito de propriedade ao contestarem na prática a sua legitimidade (MARTINS, 1999, p. 101).

A reforma agrária pode ser completamente desenvolvida pelos governos, e há exemplos disso pelo mundo, em Cuba, depois da queda do bloco soviético e a brusca parada de entrada de insumos e saída de açúcar, fez o governo buscar alternativas, escolhendo repartir a terra entre os pequenos agricultores camponeses, não somente por um motivo de justiça social, mas por uma necessidade urgente de produzir alimentos para a população, são aqueles motivos que ninguém deseja possuir, mas que, com certeza, aceleram os processos. A reforma agrária nem sempre se dá por motivos revolucionários. Ela sempre revoluciona, no sentido de reinventar, alterar o modelo estabelecido. É no caso do Brasil que a necessidade do caráter revolucionário se apresenta mais claramente, onde há uma elite ruralista que ganha muito em função da alta concentração fundiária do país, aliada a governos de caráter neoliberal que se valem mais dos valores das exportações do que da pertinência social e ecológica do modo de produção do país. Nesse caso, a ocupação se torna fundamental no processo de reforma agrária, como bem explica Sigaud no texto a seguir.

Ocupar terras e nelas montar acampamentos tornou-se, nos últimos vinte anos, a forma apropriada para reivindicar a reforma agrária no Brasil. Dela se valem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o movimento sindical e outras tantas organizações existentes no mundo rural. O Estado brasileiro tem conferido legitimidade à pretensão dos movimentos (como se autodenominam e são denominadas essas organizações), ao desapropriar as fazendas ocupadas e redistribuir as terras entre os que se encontram nos acampamentos (SIGAUD, 2009, p. 54).

Sabe-se que hoje em dia, muitas das ocupações são feitas em terras as quais os proprietários mesmos têm interesse na sua utilização para fins de reforma agrária, são

latifúndios tão explorados e desgastados que não são improdutivos só porque não são trabalhados, mas também pelo alto índice de degradação do solo e da água. É onde entram as críticas contra a reforma agrária, como se fosse mais vantajosa aos latifundiários do que para os acampados. Mas é aí também que se evidencia a necessidade implacável da mudança do modelo de produção. Para transformar o latifúndio degradado em uma comunidade camponesa, há a agroecologia, há o paradigma da conservação dos solos e da água em substituição do modelo da revolução verde - que considera o solo um depósito de insumos ao invés de um organismo vivo e provedor de vida. Paulo Petersen, que é diretor-executivo da AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, e presidente da ABA-Agroecologia (Associação Brasileira de Agroecologia), em palestra no II Seminário de Agroecologia da equipe de ATES do contrato 2000/2013 do INCRA em Sergipe em Outubro de 2013, explicou a importância da “agroecologia como ferramenta da recampesinização”, que ele analisa como sendo “a diminuição substancial da dependência dos mercados por meio de aumento do valor agregado dos produtos, inovação tecnológica, agricultores experimentadores, inovação camponesa, inovação social, fortalecimento de dispositivos sociais de cooperação, pluriatividade, circuitos curtos de comercialização, fechamento de ciclos ecológicos no território e fechamento de ciclos ecológicos no agroecossistema” (PETERSEN, 2013, comunicação pessoal).

1.2 O acampamento

O acampamento é o espaço de organização e formação dos movimentos sociais, costumava abrigar toda a família daqueles que estavam dispostos a lutar, muitas vezes contra fortes reações dos fazendeiros e da polícia, pela conquista da terra. Era usual montar os acampamentos dentro das propriedades, onde já se iniciavam os plantios de culturas de

subsistência, porém, a medida provisória nº 2.109-50, de 27 de março de 2001, criada no governo de Fernando Henrique Cardoso, penalizando as ocupações, transformou esse movimento, levando os acampamentos para os espaços entre a cerca e a rodovia. Nesses espaços dos acampamentos havia sempre uma escola, uma farmácia, contextualizados com a ação, para apoio das famílias acampadas. Com o tempo, e certamente, com grande influência das políticas governamentais de assistência social, os acampamentos passaram a ser ocupados por apenas um membro da família, e ainda assim, em escalas de dias onde os ocupantes se revezam na presença ao acampamento (FERNANDES, 2012).

Os acampamentos são, sem sombra de dúvida, o momento mais perigoso e difícil de enfrentar ao longo do processo de conquista da terra, mas, por outro lado, é marcado por uma força de grupo e de um espírito de conquista que deixa marcas definitivas nos assentados, que recordam desses períodos com muita felicidade e emoção, de tal maneira que às vezes pode-se pensar que eles eram mais felizes naquele tempo.

...porque é unido? Tá ali todo mundo com um objetivo só, que é a terra, e um meio de conseguir é juntando as forças, se unindo... você quando é acampado tá todo mundo aqui, tem as reuniões, tem isso tem aquilo, tem umas *coisas que faz* uma ligação, *cria* um elo forte entre todo aquele grupo ali... (José Agnaldo da Silva, assentamento Paulo Freire II, Estância, Sergipe, em entrevista).

É assim, a vida do acampado, para o controle de ser acampado e ter assim, união, é melhor, mesmo debaixo da lona, o pessoal tem mais consenso, o pessoal se une mais, porque ali, todos estão ali lutando por um só objetivo, tem as regras você tem que passar três dias no acampamento, três dias na sua casa, pra manter o pão de cada dia na sua casa... mas na convivência na vida de acampado, era melhor do que na vida de assentado. (José Souza Ribeiro, assentamento Rosa Luxemburgo, Estância, Sergipe, em entrevista).

O acampamento *nós todos era unido*, quando era pra fazer coletivo todo mundo vinha, vamos fazer uma mobilização, *nós fechava* a rodagem e vinha todo mundo junto, todo mundo *tava* ali, entendeu? Quando passou *pro*

assentamento, a coisa já mudou, totalmente! Você não pode nem chegar aqui e dizer, vamos fazer um coletivo ali. Não vão, de jeito nenhum. Não tem aquela união mais. Quando chama *pra* participar de uma reunião, não querem ir, entendeu? O problema é esse (Cristineide Ávila de Carvalho, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe, em entrevista).

Mas não é só bom, há também o lado difícil, o lado do aprendizado, do treinamento e das regras que possibilitam o caminhar juntos, como conta Negão a seguir.

...aí quando eu cheguei lá na ocupação, foi totalmente o contrário do que passava, tal, foi meio mundo de regra, de lei lá dentro, num podia sair, e tinha que passar três dias fora, quatro dia dentro do assentamento, o cara desempregado, sem ter de que sobreviver, e ficou difícil, e os militantes na época eram muito severos nessa parte, era tanto que a pessoa que era pra sair três dias e passava quatro, ele era expulso, ele não conseguia entrar mais, a nisso aí, foi pegando mesmo, minha sorte foi essa, eu me *guentei*, porque *nós teve* essa conversa antes, mas eu vi muitos se separarem, mulher se separar do marido porque não ia pra casa, outros desistirem, animados e tal, mas as condições, né? Precárias mesmo, tanto ele ali, sem ganhar emprego e a família lá também, não teve essa conversa com a família e findava desistindo pra não morrerem de fome e eu fiquei *guentando* aí, né? (Ivanilson Leal Santos, assentamento Paulo Freire II, Estância, Sergipe, em entrevista).

Dificuldades que podem fazer desistir, mas também podem fortalecer a pessoa, o grupo e também a família que, dialogando, estabelece a forma de atravessar aquela fase mais dura do processo:

Fui *'guentando* e quando a gente foi passando dos tempos, a gente foi encontrando outros meios, arrumando serviço lá por perto, pegando amizade com a vizinhança de lá dessa terra que eu peguei, e aí eles arrumavam dois, três dias de serviço, eu trabalhava, depois pedi um pedaço de terra lá por perto, aí o cara já me dava uma roça lá, aí eu ficava dentro do acampamento, em vez de vir pra casa, fazia uma roça no vizinho lá, que o vizinho me dava, né? (Ivanilson Leal Santos, assentamento Paulo Freire II, Estância, Sergipe, em entrevista).

E estabelece formas de reprodução e de sobrevivência que vão dando o gosto da independência da produção e da forma de vida camponesa, que interage com a cidade, se complementa e viabiliza uma e outra, mesmo dentro de uma mesma família:

...toda vida eu fiz isso, então o que eu produzia era pra dentro do barraco e pra levar pra lá aí fazia assim, produzia, pegava pra mim, levava pra família, a mulher ganhava o dinheirinho dela, fazia a feirinha do que eu precisava e trazia pra cá, e a gente foi *se guentando, se guentando*, também foi aprendendo, assim, a realidade da vida aí, *apostemo* que a gente ia ganhar... (Ivanilson Leal Santos, assentamento Paulo Freire II, Estância, Sergipe, entrevista).

Demonstrando também, assim, o papel da pluriatividade na vida camponesa, já desde os momentos iniciais de luta pela terra, pluriatividade essa muitas vezes criticada como descaracterizante da vida camponesa, mas nesse caso, evidenciado na prática como estratégia de permanência e resistência, já que possibilitou à família camponesa em questão estabelecer-se na terra e nela permanecer, hoje já assentados há mais de dez anos. A autora Nazareth Wanderley (1996) reforça essa ideia no texto abaixo.

...a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família não representam necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, mas constituem, frequentemente, elementos positivos, com o qual a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras. (WANDERLEY, 1996, p. 06)

Apesar do apreço e da emoção ao se referirem aos tempos de acampamento, isso não significa que as pessoas queiram voltar atrás no processo de conquista da terra e dos direitos sociais advindos dessa luta, mas é do que nos movimentos sociais do campo se chama de “mística” que todos que acamparam sentem falta. Essa mística é representada em todos os eventos, cursos e atividades, principalmente do movimento dos trabalhadores sem terra, por uma breve e solene encenação que traz de forma artística, ao mesmo tempo o foco específico

da atividade a ser desenvolvida e o contexto geral da luta pela terra, normalmente seguido da entoação do hino do movimento, que em si já explica muito:

“Hino do Movimento Sem Terra

Vem, teçamos a nossa liberdade	Braço erguido ditemos nossa história
Braços fortes que rasgam o chão	Sufocando com força os opressores
Sob a sombra de nossa valentia	Hasteemos a bandeira colorida
Desfraldemos a nossa rebeldia	Despertemos essa pátria adormecida
E plantemos nesta terra	O amanhã pertence a nós trabalhadores
Como irmãos!	
Refrão:	Refrão
Vem, lutemos	Nossa força resgatada pela chama
Punho erguido	De esperança no triunfo que virá
Nossa força nos leva a edificar	Forjaremos desta luta com certeza
Nossa pátria	Pátria livre, operária camponesa
Livre e forte	Nossa estrela enfim triunfará.

Construída pelo poder popular

Bogo (2012) faz um apanhado de significados de mística utilizando para isso diversos autores (Boff, 2000, Maingueneau, 2008, Ianni, 2000, Bogo, 2010, In Bogo, 2012) e elenca três principais possibilidades de explicação da mística, no âmbito religioso, como a vivência espiritual do mistério, aquilo que (re) liga o ser ao cosmo através da permanência na prática de princípios e atitudes de refinamento ético e moral, para o benefício individual ou coletivo, é por um bem maior que cada um se propõe a esforços e sacrifícios individuais sabedor da necessidade de superar a atitude comum, mediana da sociedade. “A mística nesse entendimento, é a espiritualidade que acolhe e se expressa por meio da experiência do mistério vivido concretamente” (p.473). No viés das ciências políticas o autor explica a mística no âmbito das qualidades e habilidades individuais que são colocadas a serviço da coletividade, onde cada tipo de sujeito contribui como pode. Essas qualidades os diferenciam e demonstram uma impossibilidade de compreensão do mistério que faz com que uns e não outros decidam se doar mais aos processos, assumindo lideranças e colocando-se à frente, com o intuito de buscar descobertas que beneficiarão a todos. Já para os movimentos populares a mística está mais ligada às expressões da arte, cultura e valores, que compõem um amálgama que constrói a luta, constrói o ambiente propício à resistência, sendo notório que não só pela inteligência e pela força que se vence, mas também pelas emoções e sentimentos, assim, “a mística está no sujeito como o calor está no corpo que o mantém quente o suficiente, proporcionando-lhe vitalidade e satisfação” (BOGO, 2012, p. 474).

1.3 O assentamento

A ideia de assentamento unifica diferentes ações sobre o mesmo nome. Segundo Leite (2004) os assentamentos rurais podem ser fruto de “compra de terra, desapropriação de imóveis rurais ou mesmo utilização de terras públicas”. E ainda comenta que os beneficiários dessas ações podem ser posseiros, há muito radicados naquelas terras, populações extrativistas em risco de perda do seu território em disputas com o agronegócio ou com os especuladores imobiliários, trabalhadores em vias de expulsão da terra, populações sem possibilidade de acesso à terra, atingidos por barragens, e ainda outros. E ainda, podem ser estabelecidos estes assentamentos por vias estaduais ou federais. Além de ter sua liderança, relativa a sua mobilização e organização em diferentes frentes ou instituições, frequentemente por mais de uma, como é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, os sindicatos, os Movimento dos Atingidos por Barragens, a Comissão Pastoral da Terra, ainda podendo ser, por muitas vezes, alvo de interesses políticos de prefeitos, deputados e vereadores.

Além dos beneficiários e das suas representações, há o papel das instituições governamentais ou não, fundamental para o processo de assentamento rural. Como o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, hoje ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é responsável, entre outras atribuições, pela identificação e avaliação das propriedades improdutivas, dos processos de escolha das famílias assentadas, da divisão dos lotes, dos primeiros recursos financeiros, e até pouco tempo, pelo projeto de construção das casas, e ainda da infraestrutura básica de estrada, água e luz.

Os assentamentos coroam, por assim dizer, a etapa da conquista da terra, possibilitando o estabelecimento de uma comunidade rural composta por famílias conhecidas entre si ou não, que podem variar, no caso de Sergipe, de 10 (Projeto de Assentamento Padre Jósimo em Itaporanga) a 720 famílias (Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba em Canindé do São

Francisco e Poço Redondo), por exemplo. Tanto quanto pode demorar a emissão de posse do assentamento, que transforma um acampamento em assentamento, podem demorar as ações que transformam essa antiga propriedade de terra em uma comunidade rural, com a mínima infraestrutura necessária à vida dessas novas famílias, possibilitando assim as suas futuras produções agrícolas. Há que se imaginar que na maioria das vezes, essas famílias não têm posses ou recursos, e viabilizar uma estrutura que possibilite o seu estabelecimento demanda investimentos públicos para os âmbitos da moradia, que inclui casa, energia elétrica, água, estradas, transporte, segurança. Isso sem mencionar a estrutura necessária à atividade agrícola, haja vista que muitas dessas famílias não são oriundas do trabalho agrícola, pelo menos não de forma independente, sendo assim fundamental a capacitação dessas famílias para essa atividade, através, na maioria dos casos, de serviços de assessoria e extensão rural. Enfim, isso tudo para demonstrar o leque de atividades necessárias à viabilização do assentamento, no seu sentido mais amplo. E essas ações estruturantes podem demorar, quase sempre demoram, e ainda, normalmente, não chegam todas juntas. O financiamento da casa chega, mas a energia e a água vêm depois. As estradas muitas vezes são esquecidas ou resolvidas anualmente por máquinas das prefeituras que vêm e vão de acordo com os grupos detentores deste poder. Crédito rural, assessoria técnica e época de plantio também são dificilmente coordenados, transformando rapidamente os novos assentados em endividados.

Leite (2012) ressalta dois aspectos relativos aos assentamentos, quando analisa o viés governamental e o dos movimentos de luta pela terra, o primeiro, orientado pela instrução normativa nº15 do Incra, de 30 de março de 2004, onde assentamento rural se define de forma vaga, mas ressaltando-se a “função social da terra como base para a própria ação do Estado no processo de arrecadação dos imóveis ociosos e também como resultado da prática observada com a constituição dos assentamentos rurais, que devem atender os requisitos para que um

imóvel cumpra com sua função social.” E quando, enxergado pelas “lentes” da luta pela terra, assentamento é muito mais um termo que vem marcado pela resistência e pelo enfrentamento, com uma alta carga política e organizativa. E o autor resume essa configuração dos assentamentos com alguns opostos complementares: “agrícolas/pluriativos; habitações em lotes/em agrovilas; frutos de programas governamentais estaduais/federais; com poucas/muitas famílias; organizados e/ou politicamente representados por associações de assentados, cooperativas, movimentos sociais, religiosos, sindicais, etc...” E analisa que em qualquer modelo, será sempre um momento de ruptura com o passado, marcado também por um início do processo de acesso a políticas sociais e de créditos com vistas a construir o continuar da vida.

Os assentamentos são, na maioria das vezes, incompletos no tocante às estruturas e serviços sociais e produtivos oferecidos, e podem ser vistos como um fracasso quando do ponto de vista da elite ruralista que os considera atrasados, sem sucesso produtivo ou muitas vezes como “favelas rurais”. Mas todo esse fracasso advém de um olhar excessivamente capitalista da atividade, que não deve ser prioritário ao se analisar o mundo agrário, como nos explica Chayanov (1981) em seu texto “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas” que em termos econômicos não se pode avaliar essas unidades familiares de trabalho levando-se em consideração os mesmos princípios que utilizamos para as propriedades capitalistas de produção, sejam eles, renda da terra, capital, preço, entre outros. Pois a falta de uma destas categorias inviabiliza toda a análise, e nessas unidades, encontradas nos assentamentos, frequentemente faltam uma ou mais categorias dessas. A complexidade dessas unidades não permite uma análise simplista. Basta pensarmos no lucro, que é, talvez, o grande propósito nas grandes produções, que nessas unidades inexistente, ou fica muito reduzido ao pensarmos na sobreposição do trabalho familiar ao trabalho contratado nos assentamentos,

já que o lucro, para existir, precisa necessariamente da exploração e expropriação do trabalho alheio, o recurso advindo do próprio trabalho é remuneração. Já do ponto de vista social, mais especificamente dos movimentos sociais de luta pela terra, e, principalmente, se considerarmos as condições sociais anteriores dos assentados, por mais “incompletos” que sejam os assentamentos, são, sem dúvida um grande avanço na disputa territorial contra o agronegócio. Faltam processos educativos pertinentes, atendimento público de saúde e transporte, mas a amplitude de acessos às políticas sociais e de crédito que se abrem aos assentados os conduz normalmente a uma condição de cidadania nunca antes experimentada. Claro que com isso não se quer afirmar a completude do processo de reforma agrária no Brasil, longe disso, o que se acredita, é que o existente é muito melhor do que se não houvesse nada, é um processo que carece de atenção, análise e planejamento comprometido, e isso depende tanto de decisões governamentais orientadoras quanto de boa vontade dos funcionários dos órgãos federais e estaduais ligados aos processos de reforma agrária.

1.4 As Marchas

Outro aspecto desse processo são as marchas, que podem fazer parte em diversos momentos, desde as ocupações, como depois do estabelecimento dos assentamentos, sempre como uma ferramenta eficaz de reivindicação das massas descontentes. E na fala de Paulo Freire todo o sentido e o desejo daqueles que acreditam nos processos revolucionários são expressos de forma simples e clara.

Eu estou absolutamente feliz por estar vivo ainda e ter acompanhado esta marcha que, como outras marchas históricas revelam o ímpeto da vontade amorosa de mudar o mundo, essa marcha dos chamados “sem terra”, eu morreria feliz se visse o Brasil cheio, em seu tempo histórico, de marchas, marcha dos que não têm escola, marcha dos reprovados, marcha dos que querem amar e não podem, marcha dos que se recusam a uma obediência servil, marcha dos que se rebelam, marcha dos que

querem ser e estão proibidos de ser. Eu acho que as
marchas são andarilhagens históricas pelo mundo...
(PAULO FREIRE, em entrevista, 1997).

As marchas são intersecções, encontros entre o campo e a cidade, sempre que se pretende mostrar força de atuação, pode-se organizar uma marcha, a marcha mobiliza, sensibiliza, amedronta, mostra que as reivindicações de um grupo são fundamentadas em uma base social disposta a lutar, disposta a parar as rodovias e as avenidas, em uma grande ação pacífica onde a força popular se materializa. As marchas se apresentam em diferentes âmbitos da vida social, na religião, nas manifestações, há marchas marcantes na nossa história, a marcha das margaridas, a marcha dos sem-terra, a marcha das vadias, e tantas outras. As marchas são momentos muito marcantes, principalmente as mais longas, interestaduais, essas atividades marcam os seus participantes inevitavelmente com a certeza de que, se foi possível caminhar tanto, e junto, tudo o mais é possível. É o momento que o campo se mostra para a cidade, mostra que existe, que tem dificuldades. Mas há também a possibilidade do inverso, da não marcha, o deputado estadual do PSOL-RJ Marcelo Freixo, em entrevista à revista Caros Amigos em maio de 2013 fala das históricas músicas e frases que preveem o desastre de quando o morro (a favela) descer pra cidade, mas que para ele, o realmente impactante seria se um dia, todos os moradores da favela não descessem para cidade, não assumissem seus postos de trabalho, suas funções, normalmente secundárias, nas empresas, hospitais, escolas, obras, condomínios, comércio, ou seja, provavelmente a cidade não funcionaria. Isso é a marcha, é a demonstração do que se pode fazer, e do que pode acontecer se for deixado de fazer.

1.5 Reforma agrária

O que se tem hoje, de mais efetivo, no âmbito do incremento da distribuição de terras no Brasil, parece ser a reforma agrária, que não acontece, provavelmente, nem como gostariam

os que precisam da terra e os grupos mais diretamente ligados à luta pela terra, pois estes, por viverem o dia-a-dia da falta de terra, da dificuldade de sobreviver pelo não acesso à terra, têm pressa. Porém, também o que ocorre não é o que gostariam os ruralistas, os latifundiários, que ao passo que vão migrando de um lado a outro após a degradação das áreas onde atuam, vão caminhando dentro de um funil que sem dúvida os levará, e já os leva, à crise do modo de produção. Na definição de Martins (1999): “Reforma agrária é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade”.

E o mesmo autor segue o raciocínio.

Pacto que só se torna eficaz através da mediação dos partidos políticos e no âmbito do possível. Isto é, no âmbito das concessões que as forças em confronto possam fazer para viabilizar uma transformação institucional e social necessária e inadiável em favor do bem comum. E não em favor dos interesses particularistas de uma classe, ou fração de classe, ainda que beneficiando-a de algum modo, seja ela de pobres ou de ricos. Quando os partidos não conseguem chegar a um acordo em nome da sociedade para viabilizar uma reforma desse alcance, abre-se o caminho para a revolução. Mas, a revolução não depende de irritações pessoais. Também ela depende de um consenso básico a respeito do que é necessário, mas se tornou inviável pela via da negociação. Quem se recusa à negociação desde o início da proposição de um problema político, não só não viabiliza seu projeto por caminhos institucionais como não o viabiliza por caminhos revolucionários. É o que se chama de voluntarismo (MARTINS, 1999, p. 107).

E isso é o que se vê. Os idealismos que se corrompem ao perceberem-se impotentes ante os mecanismos de funcionamento da sociedade-política. O caminho do possível, como nos fala Martins, não é tão colorido e animador como a teoria idealizada nas cabeças, nas salas, nas reuniões e nos planos, mas é, definitivamente, melhor do que o comum, o normal, o que se passa nos jogos políticos de defesa dos próprios interesses, muitas vezes pessoais, mas também de pequenos grupos ou corporações.

O fluxo contínuo de pessoas que perdem os seus espaços e os seus territórios no campo precisa ser refreado, mas não se pode esperar que ele seja estancado para que se apoie, que se pense e repense alternativas, atuais e pertinentes, de recuperação deste espaço, destes territórios. Ao mesmo tempo que o agronegócio se expande e desterritorializa os camponeses ao se territorializar nos seus espaços, os camponeses se recriam ao se territorializarem em outros espaços, e com o tempo vindo a se reterritorializar nos próprios espaços camponeses antes desterritorializados. Quando, por exemplo, uma nova frente do agronegócio se expande, quer seja com a cana no nordeste, mais recentemente o eucalipto e mais ainda o milho transgênico, é praticamente uma incorporação de terras camponesas que vai se dando, compras massivas, grilagem, apropriação indevida ou simplesmente ofertas financeiras aparentemente vantajosas, aluguéis de terras, incorporação do trabalho camponês na sua própria terra mediante rendimentos, enfim, são muitas as formas de invasão do território camponês quando do crescimento de atividades agrícolas industriais. E o camponês, se desterritorializa. No momento, sempre presente, da “entre-safra” do agronegócio, quando este, ou exaure a terra, ou vai à bancarrota, ou simplesmente está mantendo a terra no mínimo de atividade para fins especulativos, o camponês novamente se territorializa, é o caso da reforma agrária, que apesar de muitas vezes favorecer o próprio latifundiário, quando nos casos de desgaste excessivo da terra, abre o espaço de entrada do camponês nos domínios do agronegócio que, aliado aos processos agroecológicos de cultivo da terra, tem a possibilidade de, muitas vezes, reconstruir aquele agroecossistema em consonância com o seu desenvolvimento produtivo. E como se trata de um processo, que não para e é cíclico, corre o risco de novamente ter seu território ameaçado pela presença de novos negócios agrícolas industriais, como são os casos da cana e do eucalipto que convencem assentados a produzirem para as suas indústrias, mediante rendimentos anuais e aparentemente atrativos, se não são feitas as contas com base nos impactos no agroecossistema.

O camponês não é aquele ser que necessariamente nasceu e viveu no campo, muito menos no mesmo lugar, é um ser em muitos momentos migrante, em movimento, em constante disputa de espaço e ao mesmo tempo de território.

Quisérámos ter a profundidade e a amplitude da discussão e da compreensão que há na conceituação de espaço e território no âmbito da geografia agrária onde vemos como protagonista, ou pelo menos entendedor e partícipe deste discurso o professor Bernardo Mançano Fernandes (2005), especialmente no artigo “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais” onde analisa com base nos textos de Santos (1988 e 1996), Lefebvre (1991); Raffestin (1993), Oliveira (1991), Gonçalves (2001), Fernandes (2004) e Martins (2004), onde explica o espaço como sendo multidimensional, composto pelas diferentes facetas da existência e atuação humana naquilo pré-estabelecido pela natureza. E o território como algo móvel, que a partir dos espaços geográficos se movem ou se estabelecem para se tornarem o resultado surgido das interações de multiterritorialidades com os espaços sociais, políticos, culturais. Deixando claro que aqui temos um olhar simplista sobre a análise do professor, unicamente para nortear a ideia de espaço e território utilizada.

Ainda no mesmo artigo o autor explica o processo acima, dando-lhe inclusive uma sigla, TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização), que vem a ser o seguinte.

...os movimentos das propriedades dos espaços e territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição. A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou

territorialização – desterritorialização – reterritorialização
(FERNANDES, 2005, p. 28-29).

Claro é, que há problemas no processo de reforma agrária, e todos os envolvidos têm consciência disso, mas é no pesar do antes e do depois, nas palavras do seu Quiquia (José de Souza Ribeiro, assentamento Rosa Luxemburgo, Estância, Sergipe), que percebemos os resultados desse processo, que está em curso e é possível que não tenha dia nem hora para acabar.

...o povo aprendeu a cobrar aquilo que tem o direito, na verdade naquele tempo, *nós trabalhava* todo mundo como escravo, *nós vivia* na roça do fazendeiro, no pasto do fazendeiro, lutando e sofrendo ali pra ganhar o bocado de cada dia, e hoje cada um de nós vive dentro das nossas propriedades, cada um de nós vive dentro das suas casas, cada um de nós tem o nosso pão de cada dia, *nós cria* nossos bichinhos, cria nossas galinhas, eu não vejo outra coisa no mundo tão certa como foi o projeto da reforma agrária no país e no estado de Sergipe (José de Souza Ribeiro, assentamento Rosa Luxemburgo, Estância, Sergipe, em entrevista).

E a opinião daquilo que não vai muito bem é praticamente a mesma entre os entrevistados, a presença da disputa político/partidária dentro do movimento com ponto de início da desaceleração dos movimentos mais caracterizados como de resistência.

É minha opinião, não é crítica, é minha opinião, que assim, depois que o movimento se envolveu com política mais séria, o movimento ficou assim acomodado, parece que deixaram de se importar mais, parece que foi se acabando, aquela mística maravilhosa que a gente tinha, aquela força, nossa! (Maria Silvanira dos Santos, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe, em entrevista).

De uma forma geral, hoje pra mim, em minha opinião, tá devagar, em formação e direção, o movimento, que enfraqueceram tudo o movimento, porque quando eu comecei a entrar pelo movimento em 2003, o movimento era mais quente, bem agitado mesmo, e gente tinha muito prazer de estar naquele movimento ali, correndo atrás das coisas. Porque quando o movimento não tinha política, quando entrou negócio de política no meio, bagaçou tudo (Cristineide Ávila de Carvalho, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe, em entrevista).

O que eu tô vendo da luta pela terra, principalmente no estado de Sergipe, e na região sul, ela há cinco anos atrás, a luta era mais, antes de a gente mesmo, MST, a gente não era político, não tinha política, a gente não lutava por política, a gente brigava pela terra, pra ter nosso pedaço de terra e trabalhar, independente de político ou não, e hoje, a gente vê o MST se juntou a política e a gente vê hoje que fraqueou a luta pela terra, antigamente a gente lutava muito pelos nossos direitos, a gente ia pra rua, e hoje a gente não vê mais a gente na rua, eu vejo que tá fraqueando, se a gente não lutar, não se acordar, não for pra rua brigar...(José Valterfranco de Jesus, assentamento Rosa Luxemburgo, Estância, Sergipe, em entrevista).

Eu mesmo citei e vi lá vários citar, foi a questão política assim, na nossa conjuntura, a gente há sete oito anos atrás, a gente tinha uma conjuntura, a questão política, que a gente tentava avançar, mas a gente achava que era a política que tava nos atrapalhando, os políticos, os poderosos estavam nos atrapalhando, então a gente achou que se a gente elegeisse pessoas, ou apoiasse pessoas e elegeisse, a gente achou que abriria as portas, que no caso as portas estavam fechadas, se fechando, tava se matando muita gente, batendo, espancando muita gente e humilhando, então seria a gente mesmo estar elegendendo político que tava batendo na gente, matando e tal, e também não desapropriava as terras e nem também liberava crédito, e aí a gente foi chegando no bom senso de dizer, já que o problema é esse, a gente vai eleger políticos ou que a gente apoie ou que seja político de dentro da base da gente mesmo, na minha opinião foi o maior dos fracassos... (Ivanilson Leal Santos, assentamento Paulo Freire II, Estância, Sergipe, em entrevista).

Mas quem passa por tudo o que é preciso passar para conquistar a terra, e nela se estabelecer, quem aguenta barraco, polícia, marcha, dificuldades de todos os tipos, ao final só pode ser definido como o próprio Negão se define a seguir.

Você nunca vai encontrar em mim um cara derrotado, você vai encontrar um cara lutador, sem ser omisso a ninguém, com liberdade, minha luta é por liberdade, e justiça. E que a gente respeite as pessoas e as pessoas respeitem a gente (Ivanilson Leal Santos, assentamento Paulo Freire II, Estância, Sergipe, em entrevista).

Portanto, esse processo, o de ser Sem Terra para então ser camponês, compreende fases distintas e interpostas que conduzem os sujeitos por momentos de formação e conscientização da sua necessidade de lutar por sua liberdade, demandando direitos universais que somente mediante o enfrentamento é que podem ser alcançados.

CAPÍTULO II - O CAMPONÊS AGROECOLÓGICO



Figura 5. Oficina de enxertia ministrada pelo agricultor Ivanilson Leal Santos.

Fonte: Arquivo do projeto "Camponês a Camponês", 2013.

Neste capítulo pretende-se contrapor os modelos agrários existentes e descrever o modelo que se contrapõe ao modelo hegemônico no campo brasileiro.

2.1 As agriculturas do Brasil

Há muitos tipos de agricultura nas diversas regiões do mundo, há milhares de técnicas, manejos e formas de utilização do solo. Organizar os recursos naturais para captar o sol e transformá-lo em alimento seja talvez o mais amplo que se possa dizer da agricultura. Mas quando pensamos na questão agrária podemos dividir tudo o que há no mundo agrícola em dois grupos, dois modelos. Um que explora a terra em busca de lucros, e que para isso desconsidera o que quer que possa ser gerado de consequências, e outro, que vive da terra.

Esse modelo baseado na exploração da terra reúne todos aqueles que veem os recursos naturais como uma fonte inesgotável de insumos e consideram que todo esforço deve ser feito com vista a aumentar os níveis de produção e de produtividade. Esse modelo de agricultura compõe o modelo de sociedade de consumo que nos trouxe ao momento de intensas crises que vivemos. Crises essas resultantes “diretamente do neoliberalismo e do modelo de produção e de consumo impulsionado pelas empresas multinacionais” (VIA CAMPESINA, 2013).

O modelo agrário que se contrapõe ao modo hegemônico de produção não surge agora, não está em construção, ele existe em paralelo, ele permanece, cresce, diminui, se reinventa ao longo do tempo. Esse modelo, que vive da terra, tem por foco principal viabilizar a sua existência, potencializando as suas possibilidades de força de trabalho e acesso aos recursos naturais, prevendo a continuidade desse processo por meio dos seus filhos e netos enfrentando *“desafios fundamentais para garantir sua reprodução social numa formação social sob a dominação do modo de produção capitalista”* (COSTA e CARVALHO, 2012).

O primeiro modelo é representado fundamentalmente pelo que hoje denominamos de agronegócio, que é um emaranhado de acordos entre industriais, empresários e políticos com a finalidade de garantir a perpetuação de uma operação altamente rentável, para as grandes corporações, já que os custos mais altos dessas produções são assumidos pelos governos, os recursos naturais utilizados são públicos e são ainda, alicerçados na exploração social das parcelas mais desfavorecidas da população. Heredia *et al.* (2010) contextualizam o uso da palavra agronegócio, que começa a englobar expressões até então recorrentes como “agricultura moderna”, “complexos agroindustriais”, porém mais do que esses, o termo agronegócio pretende abranger tudo o que há no processo de produção agropecuária, desde os

insumos até os produtos. Ou seja, a intenção é denominar de agronegócio tudo aquilo que tem potencial de comercialização no campo.

Ao mesmo tempo, que o agronegócio pretende se identificar com tudo o que é moderno no campo, em contraposição ao “atraso” da agricultura camponesa, vai se constituindo também como o inimigo comum de todas as causas de luta no campo (LEITE e MEDEIROS, 2012). É ele que amplia as fronteiras agrícolas, expulsando os camponeses, também pretende controlar a diversidade genética por meio do monopólio e patenteamento das sementes, símbolo da autonomia e soberania da agricultura camponesa, obtém lucros muito elevados a partir da venda dos agrotóxicos, presença responsável pela debilitação da saúde e morte de tantos homens, mulheres e crianças do campo.

O outro modelo – o da agroecologia - tem a terra como meio de vida, de sustento e de moradia, e isso o faz mais contextualizado com os seus entornos, já que depende dos recursos naturais em longo prazo. Essa agricultura é denominada de camponesa, e define não só uma forma de cultivar a terra, mas um modo de vida, de resistência e de luta. A sua produção agrícola se baseia na diversidade e na resiliência, e apesar das influências do modo hegemônico ela precisa contornar as dificuldades de produzir, inclusive muitas vezes, por isso mesmo, copiando o agronegócio, já que os realizadores deste modelo de agricultura devem arcar com todos os custos do seu processo, fazendo com que, formas de produção de sucesso no agronegócio sejam de fracasso na agricultura camponesa.

A agricultura empresarial é muito “preto no branco”, o investidor quer colocar uma quantidade de recurso e multiplicá-lo. Normalmente o investimento rural é um de muitos negócios daquele investidor, ou grupo investidor, e sendo assim só leva em consideração a sustentabilidade econômica da atividade, deixando de lado todas as outras relações inerentes ao uso da terra, sociais, éticas, culturais, e ainda assim, se der errado, do ponto de vista

econômico, será compensado com outros investimentos, principalmente pelo fato de o investimento normalmente ser feito com recurso público. O governo investe mais no agronegócio do que o agronegócio produz, ou pelo menos, o que é produzido não é suficiente para arcar com todos os custos do processo. Com dinheiro público, os grandes investidores lucram do que não investiram.

A agricultura camponesa é “colorida”, é formada de muitas atividades, cada uma com suas razões e as suas finalidades, nem tudo é feito para ser comercializado, nem tudo é feito segundo a lógica do retorno financeiro, há espaço para o simbólico e para o valoroso, para a aptidão e preferência de cada um. E isso não é uma romantização da atividade, isso é um princípio básico para a sua viabilidade, ecossistemas diversos são mais resistentes e resilientes, o mercado fragiliza muito mais aqueles que negociam um único produto, a saúde é mais facilmente garantida com uma dieta diversificada. É comum vermos atividades desenvolvidas por camponeses que têm uma conta que “não fecha”, que dá prejuízo. Mas isso só ocorre se enxergamos unicamente dinheiro que entra e dinheiro que sai, muitas vezes o “retorno” daquela atividade é subjetivo, é o prazer de produzir, de comer, é a memória afetiva, é a mesa farta. A agricultura camponesa não pode “falir”, pois o seu “negócio” é também a sua vida e sendo assim, a consequência do não funcionamento do seu modo de produção pode acarretar o fim da sua possibilidade de reprodução social como camponeses no campo. Costa (2000) afirma que essa reprodução social, considerando a especificidade camponesa da autonomia relativa ao capital se baseia, entre outros aspectos, no fato do tamanho da unidade produtiva camponesa ser limitada pela capacidade de trabalho da família, bem como a sua capacidade de mudar, e essa capacidade de trabalho tem um limite, tanto para reproduzir essa família socialmente, como para inovar nos seus processos produtivos.

Para a Via Campesina (2013), que é uma associação de organizações, de todo o mundo, ligadas à luta pela terra, a agricultura camponesa sustentável tem as seguintes características: “é um modelo de produção socialmente justo, respeita a identidade e o conhecimento das comunidades, dá prioridade aos mercados nacionais e locais, e fortalece a autonomia dos povos e das comunidades” (VIA CAMPESINA, 2003, p. 09).

Complementando, Veiga (1996) ao contrapor agricultura familiar a agricultura patronal, claramente posicionando-a na organização do campesinato, ressalta como sua principal característica, a diversificação, que a coloca como uma grande vantagem. E elenca ainda algumas características desse modelo, que comprovam o seu alinhamento com uma agricultura familiar camponesa, sejam elas, autonomia de gestão, preservação dos recursos naturais e ênfase no uso de insumos internos, são alguns exemplos.

Seguindo nos conceitos dessa agricultura que se contrapõe ao agronegócio, hora denominada agricultura camponesa, agricultura camponesa sustentável, agricultura familiar camponesa e, nesse trabalho entendida como agricultura camponesa agroecológica, Ploeg (2009), em seu artigo “Sete teses sobre a agricultura camponesa” versa sobre muitas faces dessa agricultura, suas relações com os mercados, ele a diferencia dos outros dois tipos de agricultura que nomeia de capitalista e empresarial, a nosso ver, diferentes tons do agronegócio. E o que segue é uma tentativa de organizar um conceito a partir das suas colocações. *“A agricultura camponesa é menos dependente dos mercados para o acesso a insumos e outros meios de produção.”* Ao passo que busca autonomia de insumos e também produz para o consumo familiar. E *“... visa: a) a reprodução, a melhoria e a ampliação do capital ecológico; b) a produção de excedentes comercializáveis (por meio do uso do capital ecológico disponível); e c) a criação de redes e arranjos institucionais que permitam tanto a produção como sua reprodução”*. Ainda, *“por mais que a centralidade da produção de valor*

agregado possa parecer autoevidente, essa característica claramente distingue a agricultura camponesa dos outros tipos de agricultura.” Pois o agronegócio, apesar de buscar o valor agregado, via de regra, persegue o aumento dos lucros a partir do aumento da produção, que normalmente se dá com a aquisição de novas propriedades. Diferentemente do progresso camponês, já que esse *“reverte-se também em progresso para a comunidade e para a região”*.

A agricultura sempre pretendeu transformar os ecossistemas em agroecossistemas, o desenvolvimento desta atividade ao longo da história desenvolveu-se na busca de potencializar a utilização dos recursos naturais a partir da intensificação do uso do solo, abandonando técnicas de pousio, que garantiam a recuperação natural do solo, aliado a isso, a busca por melhores cultivares fez com que milhares de espécies tenham sido perdidas, reduzindo a biodiversidade nos ambientes agrícolas. Principalmente se percebeu a intensificação desses fatores durante a segunda revolução agrícola na década de 1960, onde se estabeleceu a articulação de seis práticas, sejam elas: as monoculturas, o revolvimento intensivo dos solos, o uso de fertilizantes sintéticos, o controle químico de pragas e doenças, a irrigação e a manipulação dos genomas de plantas e animais domésticos, práticas essas que unidas davam ao processo de produção de alimentos uma dependência total dos fornecedores de insumos, sementes, implementos e pesquisa, tornando a atividade um ramo da indústria, com a necessidade de grandes investimentos para obtenção dos pacotes tecnológicos, demandando assim, cada vez maiores extensões de terra para viabilizar o grande negócio em que se transformava. Esse marco se conhece por revolução verde (PETERSEN, 2009).

2.2 Agroecologia e Campesinato

A agroecologia tem se desenvolvido em dois âmbitos distintos e associados, como campo científico e como movimento social. No campo, o saber agroecológico relaciona-se com a agricultura camponesa, que é aquela que se contrapõe aos modelos convencionais de agricultura, sejam eles industriais ou empresariais. O modelo industrial é aquele de base eminentemente capitalista com seu desenvolvimento ligado à expropriação da força de trabalho através da relação assalariada. A agricultura empresarial é aquela que, independentemente do tamanho, busca a superação das questões agrícolas por meio de novas tecnologias, artificializando cada vez mais os agroecossistemas e tornando a atividade cada vez mais dependente do mercado, por um lado consumidor e por outro fornecedor de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes. A agricultura camponesa, de uma forma simplificada, é aquela fortemente baseada no capital ecológico e social. Esse arranjo de modelos, segundo Ploeg (2009) apesar das suas variações e especificidades pode ser encontrado em todo o mundo agrícola atual.

Iremos a partir desse ponto, corroborar as ideias dos autores com as falas dos agricultores entrevistados, buscando nas suas falas a referência teórica existente e, ao mesmo tempo, tentar dar corpo às afirmações acadêmicas sobre o campo, o campesinato e a agroecologia. De forma a possibilitar a percepção da integração desses conceitos e teorias na composição do mundo real, em larga medida fragmentado e compartimentalizado para possibilitar as análises e estudos, técnicos e pedagógicos.

Nas palavras do assentado Ivanilson Leal Santos, conhecido como Negão, do assentamento Paulo Freire II em Estância, SE.

Assim, eu me defino, eu me garanto no trabalho que eu faço, eu me defino tendo amor à terra, tendo amor àquilo que eu faço e à natureza, respeitando a natureza acima de

tudo, e o principal disso tudo é que o que eu tô aprendendo, é que nós sempre diz que a gente não sabe de tudo, e a minha missão é passar pra minha família, né? E graças a Deus eu tô conseguindo passar, né? Assim... Do aprendizado, do que eu tô aprendendo, pra mim a maior felicidade que tenho é que eu tô passando pra eles, e eu percebo que eles estão aprendendo, né? E é totalmente fora do sistema hoje que a assistência técnica trabalha hoje, se você fizer uma análise do meu trabalho com o agronegócio e o sistema do jeito que os técnicos foram formados hoje, meu trabalho não tem nada a ver com isso, eu levo muito a sério, com muita responsabilidade e quero criar minha família assim com saúde e eu também ter saúde (Ivanilson Leal Santos, assentamento Paulo Freire II, Estância, Sergipe, em entrevista).

O que é posto sobre os modelos de produção rural não é fruto do acaso, são decisões políticas que levaram o Brasil, como muitos outros países da América Latina ao fim das produções apoiadas pelo Estado, ao sucateamento das estruturas de extensão rural e ainda com o incentivo às grandes produções empresariais no campo, favorecendo cada vez mais a concentração de terras em poucas mãos, e muitas vezes em mãos estrangeiras, levando os povos do campo a porções cada vez menores e piores de terra, como explica Holt-Giménez (2008), engrossando assim o discurso de que a degradação ambiental é fruto da pobreza, já que estes camponeses se veem obrigados a avançar para regiões de florestas. Os argumentos que alimentam a criação desse círculo vicioso “desconsideram ao mesmo tempo as causas da pobreza e da degradação ambiental” (HOLT-GIMÉNEZ, 2008, p. 06).

A tentativa que se repete é aquela de afirmar o fim do campesinato, como se ele não existisse mais. Sevilla Guzmán e Molina (2013) defendem a tese de que o campesinato nunca deixou de existir, que ele sempre encontra o seu espaço de reprodução, onde o faz com cooperação. A ideia de fim do campesinato nada mais é do que discurso ideológico para legitimar o crescente avanço das fronteiras do agronegócio, sempre alicerçado em um projeto político de desenvolvimento unicamente econômico e que privilegia a muito poucos em detrimento de todos os outros. Com desculpas ardilosas como da senadora Katia Abreu,

reproduzida no vídeo de Silvio Tendler (2011) “O veneno está na mesa”, onde defende a produção nos moldes do agronegócio com o objetivo de se poder oferecer aos pobres, comida farta e diversificada a um baixo preço.

Desenvolvimento econômico esse que vai se emaranhando e se transformando em outros desenvolvimentos, no caso bastante conhecido, do Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum (1987), que inaugura o discurso da sustentabilidade, sem, porém, se aprofundar nas causas locais e globais da insustentabilidade, sem discutir as relações de poder, de concentração de renda, de segurança e soberania alimentar. Como afirma Holt-Giménez (2008, p. 07), *“Neste sentido, ainda que o chamado da sustentabilidade tenha sido discursivamente heroico, não conseguiu implementar transformações estruturais”*.

Então como resolver a questão agrária? Avanço dos latifúndios, expulsão dos camponeses das melhores parcelas de terra, inchamento das cidades pelo êxodo rural, manutenção de uma grande parte da população em estado de fragilidade a fim de manter uma mão-de-obra ociosa, barata e disponível para o avanço das atividades geradoras de lucro ligadas à lógica de mercado. Aliado a isso, um poderoso esquema de publicidade que pretende apregoar o agronegócio como algo muitíssimo maior do que realmente é, como nos explica Graziano da Silva (2010), inclusive no seu caráter político, como na bancada ruralista que, nem de longe, tem nas suas bases sociais uma representatividade proporcional à de parlamentares que tem no Congresso nacional.

Em alguns países a opção é a reforma agrária. Mas não é só uma questão de dividir a terra, mas sim, que terra? Em que condições? Para quem? A reforma agrária, pode ou não gerar uma real transformação agrária, isso depende das forças que a suscitam e daquelas que a refreiam, é quase sempre uma disputa pleiteada pelas massas impossibilitadas de ter acesso à terra como meio de reprodução social. Veiga (1998) afirma que somente com essas pré-

condições é que ganha força a ideia de que a terra deve pertencer a quem nela trabalha. Porém, o mesmo autor ressalta também que isso não basta para se ter uma reforma agrária, e tendo, muita distância pode haver entre os discursos políticos relacionados à partilha da terra e a real efetivação do assentamento de famílias interessadas em irem para o campo.

No Brasil, o que temos visto é a desapropriação de latifúndios improdutivos, excessivamente explorados, por técnicas que visam unicamente a alta produção e produtividade e que, via de regra, terminam por exaurir os solos deixando-os completamente desprovidos da sua camada de matéria orgânica, responsável por sua fertilidade. Junto a isso, intensificação do uso, mecanização dos processos, compactação dos solos, contaminação das águas. E no final o governo paga por isso para entregar às famílias da reforma agrária. E essas famílias devem restituir a fertilidade dos solos, viabilizar neles a produção de alimentos para si e para as populações dos seus entornos.

Com relação às famílias assentadas, o que se percebe é uma determinação muito grande de participar de um processo que acena com a possibilidade do reconhecimento como cidadão, da busca da dignidade que se alcança ao se possuir um “pedaço de terra”, e ainda o sonho da “casa própria”. Anos de espera e luta, acampados em barracos de lona à espera dos encaminhamentos necessários à emissão de posse. Depois disso, outros anos, em alguns casos, à espera da infraestrutura básica, água, energia elétrica, a casa, os créditos iniciais para se começar a produzir.

De novo, nas palavras de Ivanilson Leal Santos sobre a decisão de lutar pela conquista da terra junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

...aí foi que eu fiquei animado, aí disse, rapaz, vou levar a frente isso aí, até porque a questão, eu era diarista, tirava laranja, fazia enxertia, cavava cisterna, servente de pedreiro, pintor, servente de pintor, meio mundo de coisa, trabalhava muito fora, assim. E eu queria, meu sonho, o sonho da minha mãe, que ela morreu e *num* conseguiu,

era ter um pedaço de terra, por que nas épocas lá, que eu sou de uma família de doze irmãos e meu pai criou essa família trabalhando nas terras dos outros, antigamente, fazendo roça na terra dos outros, pra no final da roça, plantar capim pra pasto, e isso aí, existia muito essa chance, os pais lá *criou* os filhos tudo assim, e depois de um tempo, quase nós *criado*, acabou isso e os *latifundiário não queria* mais que ninguém passasse nem por dentro, quanto mais fazer roça, não tinha como achar mais um pedaço de terra pra trabalhar, e por mais que *nós era trabalhador*, mas por ser diarista, não era um emprego certo, tinha tempo que tinha serviço e tinha tempo que não tinha, aí começava a faltar as coisas dentro de casa, aí não tem jeito, o único jeito era a gente ter uma terra e aí quando ela falava isso, me colocava muito na cabeça, por que ela dizia - o homem só é homem quando ele tem um pedaço de terra ou uma casa pra morar, eu botei isso na cabeça... (Ivanilson Leal Santos, assentamento Paulo Freire II, Estância, Sergipe, em entrevista).

O seu pai foi de uma época onde era possível ser agricultor, sem ter terra, e poder suprir as necessidades da sua família, por maior que fosse, com as suas “roças”. Essa possibilidade já não se apresenta nos nossos tempos de expansão das fronteiras agrícolas, de milho transgênico, de florestas de eucalipto, de laranja de estufa e de tantas outras modalidades de agricultura empresarial que integra o homem do campo somente com trabalhos exploratórios e com retornos financeiros insatisfatórios e de tal forma degradantes que se assemelham muito mais a trabalhos industriais do que rurais, mas na maioria das vezes sem as vantagens sociais obtidas na indústria.

Fernandes (2004) posiciona de forma clara a discussão do campesinato quando diz que

De modo objetivo, discutimos esses paradigmas e os denominamos a partir de suas perspectivas para o campesinato. O paradigma do fim do campesinato compreende que este está em vias de extinção. O paradigma do fim do fim do campesinato entende a sua existência a partir de sua resistência. O paradigma da metamorfose do campesinato acredita na sua mudança em agricultor familiar (FERNANDES, 2004, p. 01).

E nesse trabalho, acredita-se no “fim do fim do campesinato”, se pretende corroborar com as teorias que interpretam o campesinato como uma classe, um movimento, que se cria e se

recria, a partir de suas próprias contradições e das suas conflitualidades e resistências face ao capital presente no campo, tendo ainda, como aliado, ou ferramenta eficaz, o movimento agroecológico que o municia e fortalece, mantendo vivas as contradições existentes entre o agronegócio e a agricultura camponesa, tão esforçadamente mascaradas para transformar cada vez mais, camponeses em agricultores familiares que ao invés de cultivarem seus lotes soberanamente se transformam em reprodutores desse mesmo agronegócio que os exclui do campo.

A reforma agrária no Brasil é, sem dúvida, construtora e constituidora de um novo campesinato, essas famílias que sim, podem ter vindo do campo, mas também podem já ser uma geração nascida nas cidades rurais, terem trabalhado em serviços rurais já descaracterizados, como a colheita da laranja. Mas agora se unem aos extrativistas, catadoras de mangaba, marisqueiras, pescadores artesanais, quilombolas, e todos os povos do campo que frente ao desenvolvimento mercantil do campo, se veem desprovidos dos seus espaços de reprodução social, onde surgem tensões a partir das necessidades produtivas da família que *“impulsionam ao trabalho e outras que apelam ao lazer...”* (COSTA, 2000). Que venha de um lado, que venha do outro, os camponeses sempre se encontram na luta pela defesa de um modo de vida onde a terra precisa ser respeitada na sua condição coletiva de propiciar a todos, de forma equânime, o atendimento das suas necessidades.

Talvez um conceito de camponês não seja tão necessário quanto a compreensão da função que damos aos termos, que carga político-social queremos introduzir no discurso. Shanin (2005) explicita esse argumento ao dizer que há momentos em que se tornam mais necessárias as definições dos conceitos, com o cuidado de não se afastar do mundo real com o cuidado de não usar *“longas palavras... para tecer mais palavras, ainda mais longas...”*.

Nesse trabalho, Shanin discorre sobre os conceitos e os *desconceitos* de camponês. O conceito de camponês tem sido utilizado como mistificação, isso porque se trata de um conceito transversal à história, e não há a possibilidade de um conceito estático manter-se por todos os tempos e lugares. Ainda, os camponeses são heterogêneos e não podem ser descritos ou compreendidos fora do seu contexto e entorno. Mais importante do que o conceito é esclarecer e definir a sua utilidade. Ainda há o caso frequente das generalizações, muito estudado e válido para as análises comparativas, mas que também guarda em si a possibilidade de muitos erros analíticos. Ao analisar a questão da diferenciação camponesa, o autor questiona a atualidade da tese de Lênin relativa ao assunto e conclui que, em certas condições, o que ocorre com os camponeses é a resistência, a transformação e uma vinculação gradual ao sistema capitalista circundante.

O que tem sido utilizado como matriz de desenvolvimento para fazer frente aos avanços do agronegócio, na academia, no campo, nos movimentos sociais e nas instituições de pesquisa ou extensão é a agroecologia, que se estabelece como nova ciência que busca romper os paradigmas da ciência produtivista hegemônica, com alternativas produtivas na busca de novas agriculturas de bases mais ecológicas, mas principalmente como movimento social que percebe o atingimento do limite do nosso modelo de sociedade, onde não é mais possível buscar soluções para os problemas atuais na mesma lógica que esses problemas foram criados.

Holt-Giménez (2008) explica que o normal é que se comece reduzindo os agroquímicos, para depois substituí-los por insumos orgânicos produzidos no próprio lote, para no futuro, com a adaptação da produção aos ciclos naturais, potencializando-se as funções ecológicas do solo, se possa reduzir a necessidade desses insumos orgânicos. Isso é o que se pode chamar de

uma transição para um cultivo agroecológico. O que se busca é a independência e a autonomia, em todos os seus aspectos.

Paulo Petersen e Dias (2007) afirmam que “diante desse contexto, restabelecer maiores graus de liberdade para que as populações rurais retomem as rédeas de seus destinos é um dos maiores desafios do movimento agroecológico”. E explica.

“Em última instância, o enfoque agroecológico ressalta o fato de que a produção e a transmissão de conhecimentos são atividades próprias do ser humano, exercidas individual ou coletivamente por meio das culturas. Reservar essas atribuições sociais a alguns poucos membros da sociedade, como é próprio do difusionismo tecnológico, representa o desperdício de aptidões cognitivas inerentes a toda e qualquer pessoa. Sob essa perspectiva, o difusionismo é um método de gestão de conhecimento anti-ecológico e desumanizador” (PETERSEN e DIAS, 2007, p. 08).

A Via Campesina (2013) declara que as experiências das muitas organizações que a compõem (principalmente o caso da Associação Nacional de Pequenos Agricultores, de Cuba) demonstram que o método conhecido por “*Campesino a Campesino*” é a melhor forma de socialização dos conhecimentos e práticas das famílias camponesas, em contraposição ao extensionismo clássico que, via de regra, atuou, e ainda atua, como disseminador do pacote tecnológico criado na revolução verde e que desde então se moderniza cada vez mais, sempre com o objetivo de enriquecer o setor privado.

Segundo Leff (2002) a agroecologia é um amálgama, de conhecimentos, de disciplinas, de práticas, de saberes e de culturas que se aplicam à produção de alimentos, que hoje em dia, nos moldes do modelo hegemônico de produção, baseia-se em processos cada vez menos ecológicos, cada vez menos fundados nas capacidades naturais de produção, sendo assim, cada vez mais mecanizados, tecnificados e capitalizados. É como se a agricultura, nascida do encontro do homem com a natureza, e por tanto tempo uma atividade sagrada, carregada de

valores e de cultura fosse perdendo a sua alma, para então passar a ser somente mais uma das atividades que compõem o processo industrial de produção.

Para entendermos o surgimento e os conceitos relativos a agroecologia, é necessário atentarmos para o fato desse movimento ser fundamental na viabilidade dos camponeses que cada vez mais se veem expropriados das suas condições de permanecerem produzindo, através de políticas de endividamento, propaganda negativa do campo “atrasado” e retirada das escolas do campo como forma de incentivar o êxodo rural, a massificação via pacotes tecnológicos agroquímicos, dos venenos e das sementes transgênicas. Restando poucas, ou nenhuma alternativa que não o modo de produção agroecológico, onde encontraram-se camponeses e técnicos, também esses esmagados, nas universidades e instituições de pesquisa, quando não adeptos do agronegócio. Agroecologia foi primeiramente, por volta de 1930, um termo para designar um olhar ecológico sobre a agronomia. Mas longe disso o que se seguiu. No desenvolvimento da agronomia, a ecologia seguiu separada, prova disso é o processo ao qual se denomina de revolução verde, onde os ciclos naturais, os cálculos de entrada e saída de energia foram completamente suprimidos. De disciplina que estudava os agroecossistemas, a agroecologia passou a ser construída com influências das mais diversas áreas, como a antropologia, o ambientalismo, a sociologia, a geografia, o desenvolvimento rural e ainda os estudos dos povos tradicionais e camponeses dos países da periferia do capitalismo (GUHUR e TONÁ, 2012).

Ainda segundo os mesmos autores, duas são as correntes de desenvolvimento da agroecologia como ciência, o lado americano, com Miguel Altieri e Stephen Gliessman, com uma visão mais produtiva e agrônômica e aquela, com um viés mais sociológico, representada por Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel González de Molina, da Espanha. No Brasil a primeira publicação com o termo foi a de Miguel Altieri em 1988, *Agroecologia: as bases científicas*

para uma agricultura alternativa. Porém antes disso, com o movimento ambientalista, houve importantes contribuições para preparar o alicerce do movimento agroecológico, como Ana Primavesi, Sebastião Pinheiro, José Lutzemberger, Adilson Paschoal, Luiz Carlos Pinheiro Machado, são alguns dos listados por Guhur e Toná.

E hoje, já não se separa a agricultura camponesa da agricultura agroecológica, não há campesinato que se viabilize, ou se possa identificar como tal, que produza de acordo com os princípios produtivistas da revolução verde, do agronegócio. Da mesma forma que não pode ser agroecológico o produtor que comungue da lógica de mercado, daquela lógica tão peculiar do agronegócio. É de novo o inimigo comum.

O camponês é um trabalhador, mas o que o diferencia é a autonomia. Esse princípio é tão simples quanto forte. Nos dias de hoje o discurso da segurança nos levou a todos à apologia da dependência, qualquer coisa que seja segura, previsível, garantida, que não demande criatividade, decisão, escolha será a forma adotada. Não é assim com o camponês, como se observa nas palavras de José Valterfranco de Jesus, o Téo do assentamento Rosa de Luxemburgo, de Estância, SE.

Isso, eu trabalho de domingo a domingo, assim a roça precise, eu trabalho muito com hortalica, e a hortalica ela precisa que todo dia você esteja nela, é, que não esteja limpando, plantando, todo dia ela precisa pelo menos que você molhe, que você olhe ela, é, a semana toda, de sete em sete dias, no correr da semana eu, tem dia, quando a roça tá tudo *boinha*, eu tiro um meio dia de folga, vou descansar, vou dormir, mas não é um dia de domingo, de sábado, de segunda, é qualquer dia, tanto faz pra mim como sábado, domingo, segunda, tem dia que dia de segunda eu me deito a tarde toda pra eu descansar, eu digo eu não vou trabalhar hoje, a horta tá toda *ok*, então, vou descansar, e descanso um dia de segunda, descanso um dia de quinta, de sexta, e também não tem dia pra ir pra roça, é a semana toda na roça. (José Valterfranco de Jesus, assentamento Rosa Luxemburgo, Estância, Sergipe, em entrevista).

É um diálogo, do camponês com a sua produção, com o seu corpo, são limites que são respeitados a despeito das convenções estabelecidas na nossa sociedade urbana e industrial. São duas faces da liberdade, pode-se fazer o que preferir fazer, mas quem deve determinar o que será feito, é o próprio camponês. E Téó explica:

Assim, eu durmo cedo, seis horas já *tô* deitado, seis, seis e meia, trabalho o dia, quando é no *estorado* sete horas, eu *tô* na cama, quando é quatro e vinte, quatro horas da manhã eu *tô* acordado, aí eu faço um cafezinho, que às vezes a mulher tá dormindo, esquento na garrafa, se tiver ali frio eu esquento. Quando o dia amanhece eu vou pra roça, ali olhar uma coisa, botar milho pra uma galinha, amarrar um bicho, olhar uma ovelha, juntar um esterco, às vezes levar o esterco pra roça, às vezes cinco, cinco e meia, quando o dia clareia eu *tô* na roça, eu não sei ficar dentro de casa, eu me sinto acanhado, eu tenho que sair, e o lugar de sair é a roça, me distraio, *tô* vendo as plantinhas crescendo, *tô* vendo as leras pra fazer, essa lera tá precisando *deu* fazer, e eu vou fazer daqui a pouco, aí mais ou menos a rotina é essa. (José Valterfranco de Jesus, assentamento Rosa Luxemburgo, Sergipe, em entrevista).

Téó trabalha em parceria com seu vizinho, algumas coisas fazem juntos, outras separados. Dividem uma bomba de água. Não têm cerca entre seus terrenos. Um tem veículo, o outro não, mas ambos vão à feira vender suas hortaliças. E nesse apoio mútuo encontramos outra característica histórica do campesinato, nesse caso a teoria vem do anarquismo russo, personificado na figura de Kropotkin, no livro “O apoio mútuo, um fator de evolução” (KROPOTKIN, 2009), onde a partir de observações primeiramente no mundo animal, contestou a ideia do evolucionismo, que vê a evolução como fruto da competição, mas apresenta essa cooperação, como característica do povo do campo, como explicam Sevilla Guzmán e Molina (2013).



Figura 2.2 Agricultor "Téo" José Valterfranco de Jesus durante um intercâmbio.

Fonte: Arquivo do projeto “Camponês a Camponês”, 2013.

O campo é lugar de vida, de produção, de reprodução social, mas também, e com grande relevância, é e deve ser, lugar de formação, sem a qual não há o seu fortalecimento, a sua defesa contra as ameaças que o rondam. O nosso modelo de sociedade incentiva abertamente o êxodo rural, quando, por exemplo, são fechadas as escolas do meio rural à medida que se viabiliza ônibus de transporte para que as crianças e os jovens do campo estudem nas cidades próximas, impregnando-as assim, do modo de ser urbano, desvalorizando cada vez mais o que vem da “roça”. Já foi mencionado acima a importância de envolver a família nos processos produtivos do campo, pelo Ivanilson do Paulo Freire II e agora, o José Valterfranco de Jesus, expande essa concepção também para os vizinhos:

A prática ecológica que eu faço é as vivências, *d’eu* com a família, com o próximo, com o vizinho, por que isso é o importante também, porque quando a gente conversa com outras pessoas, é então, eu creio que isso aí é uma prática ecológica que eu tenho, saber viver com as outras pessoas, por que agroecologia não é só o plantio, agroecologia eu vejo ela, é amor, amor ao próximo, amor ao que faz, fazer com amor, eu tenho isso comigo, agroecologia não é só a roça, agroecologia vem de si, você fazer com amor, você saber lidar com as pessoas com amor, você ir pra qualquer lugar que você for com

amor, então isso pra mim é agroecologia, fundamental é isso aí, porque você tendo amor a tudo que você faz, ao próximo, então a primeira parte da agroecologia é o amor, por que se você plantar e se você não tiver amor pelo que você faz, você não faz agroecologia, você plantar por plantar, plantar por que tá vendo o vizinho plantar, ou porque você aprendeu, viu ali, mas só pra ter produção, não. Se der certo bem, se não der certo vamos tentar de outra maneira, mas eu creio que o fundamental da agroecologia é o amor. (José Valterfranco de Jesus, assentamento Rosa Luxemburgo, Estância, Sergipe, em entrevista).

Em uma fala simples, que deixa claro a importante interseção do campesinato com a agroecologia, podemos pensar que esse amor que o Téo nos fala é também compromisso, comprometimento, consciência, dedicação. Características da luta, pela terra e pela sobrevivência, mas a luta camponesa, que quando se realiza, pretende engrossar o discurso de um projeto maior, um projeto de sociedade, que além de possibilitar a ascensão de cada um, carrega também a transformação da sociedade no seu conjunto. Um assentamento de reforma agrária que se viabiliza, não favorece somente os seus assentados, melhora a alimentação das escolas e hospitais da região, supre as feiras locais de produtos mais saudáveis, revaloriza o campo, preenche aqueles que, apesar de ainda no campo - já estão a ponto de irem para a cidade - de uma força que lhes possibilita resistir.

2.3 Princípios agroecológicos

Há nos assentamentos de reforma agrária de Estância a presença de um projeto fruto de uma parceria da Embrapa, da Universidade Federal de Viçosa, da Universidade Federal de Sergipe, do INCRA e do MST, denominado “Construção do conhecimento agroecológico em territórios de identidade rural por meio de intercâmbios em redes sociais” que tem identificado agricultores denominados “faróis” para propor ao grupo dos assentamentos

circunvizinhos um dia de visita e discussão sobre agroecologia, conceitos, práticas, soluções e dificuldades no campo. Depois de dez intercâmbios nessa rede, que inclui também o município de Santa Luzia do Itanhy, houve o momento denominado de “devolução” onde foram apresentadas as sistematizações dessas atividades e foi construída uma matriz desse processo, que culminou no estabelecimento dos princípios agroecológicos encontrados nos intercâmbios, representando cada um dos “faróis”, podendo a família ter um ou mais daqueles princípios, que são:



Figura 2.3 Princípios agroecológicos.

Fonte: Arquivo do projeto “Camponês a Camponês”, 2013.

1. Plantar sem veneno: Os princípios são aquelas atitudes que foram identificadas em um ou mais integrantes dos intercâmbios e que idealmente deveriam ser alcançados por todos, ou seja, muitos agricultores, apesar de se considerarem e serem considerados em transição agroecológica, ainda usam venenos em suas produções. E essa característica de não utilização de veneno pode ser agroecológica, pelas razões óbvias de que os venenos não são ecológicos, pensando na agroecologia prática. Mas se pensamos na agroecologia como o

movimento que enfrenta a lógica do agronegócio, vamos encontrar também a lógica camponesa de resistência à dependência industrial da agricultura, sendo assim, podemos dizer que é também um princípio da agricultura camponesa.

2. Não usar fogo, cuidar do solo: Um grande agroecólogo, agricultor das agroflorestas sucessionais, autor do livro *Homem e Natureza, cultura na agricultura*, de 1995, Ernest Göstch, em seus cursos e palestras diz que o agricultor não cultiva plantas, e sim, solo. O aumento da diversidade, da produtividade serão diretamente proporcionais ao incremento da camada de matéria orgânica nas áreas de produção. O fogo elimina essa camada, a completa retirada da vegetação original em grandes porções de terra, expondo-a às intempéries do clima leva rapidamente à degradação do solo, obrigando a agricultura baseada nessa premissa a realizar uma inserção cada vez maior de insumos externos para a fertilização do solo. Novamente vemos claramente a intersecção da agroecologia com a lógica camponesa.
3. Plantar para não comprar: Não é só economia de recursos financeiros que se alcança com esse princípio, mas se atinge a própria segurança alimentar, já que se possibilita uma dieta muito mais diversificada, com alimentos mais saudáveis, livres, muitas vezes, dos agroquímicos, mais frescos e ainda, mais pertinentes, que guardam relação com a região e com a época do ano.
4. Diversidade, integração agricultura e criação e rotação de culturas: A rotação de culturas é uma característica que se pode chamar de início de transição, é ainda fortemente fundamentada na fragmentação, do modelo agrícola advindo da revolução verde, já que se pensa em monoculturas que são intercambiadas no espaço para o melhor aproveitamento da fertilidade do solo, ainda não se busca a eficiência energética de quando se trabalha em consórcios diversificados que

potencializam as características ecológicas de cada solo em trabalhos de cooperação e complementação. A integração agrícola/pecuária segue a mesma lógica, com a vantagem adicional da autonomia alimentar dos rebanhos, complementando ainda o próximo princípio, de produzir o próprio adubo. Se esses dois princípios precedentes são colocados como estágios para o alcance da diversidade, ou de uma maior diversidade, então novamente a agricultura camponesa e a agroecológica se fundem em uma só. A diversidade é um princípio produtivo, mas também é um princípio social. Não estão somente no campo as monoculturas do agronegócio, a padronização da sociedade é fundamental para os processos industriais, comerciais e de ampliação de consumo. É papel da agroecologia e do campesinato combatê-los.

5. Produzir nosso adubo: Novamente um princípio da transição. No ponto ótimo de uma agricultura agroecológica se consegue o equilíbrio do solo a ponto de não se necessitar de inserções de adubação, é mais ou menos como se pensássemos na necessidade de uma floresta em estágio clímax de ser adubada. Os serviços ecológicos advindos das interações de flora e fauna e de atividade microbiana no solo são suficientes para a produção agrícola. Porém, para migrar de uma agricultura dependente de produtos de síntese de petróleo é desejável no primeiro momento atingir a autonomia de produção de adubos orgânicos, nas suas diferentes formas, seja vermicompostagem, compostos, bio-fertilizantes ou coberturas verdes e secas.
6. Controle alternativo de pragas: Mais uma vez relembrando os ensinamentos de Götsch, não há pragas e doenças, o que se entende é que há indicadores de falhas nas práticas utilizadas e se, ao invés de se tentar erradicar o indicador, o natural seria buscar compreender qual erro está sendo indicado e então melhorar esse

processo. Porém, isso é o ideal, quando pensamos em uma capacidade de leitura do ambiente tão grande por parte dos agricultores e pesquisadores que estaríamos a ponto de modificar a ideia de que a agricultura é uma atividade onde os seres humanos estão postos para dominar os processos naturais, entraríamos em uma fase de cooperação entre homem e natureza. Enquanto isso, é fundamental o estudo, a pesquisa e a experimentação de técnicas e práticas que minimizem a ação de organismos não desejados nas áreas de produção através de meios mais naturais, mais possíveis de serem feitos pelos próprios agricultores, que sejam assim, menos danosos à saúde dos que utilizam os produtos, ingerem os alimentos e vivem nos entornos das áreas produtivas.

7. Ter e saber usar árvores: Esse princípio está muito ligado à autonomia do agricultor. Um plantio diversificado de árvores pode contribuir para independência quando se pensa nas pequenas construções, nas cercas, e até mesmo para a construção de casas. As árvores frutíferas podem complementar grandemente a alimentação das famílias agricultoras, proporcionar comercialização de produtos de qualidade com relativamente pouco trabalho, se forem consideradas as frutas nativas, e ainda um aliado na convivência com os períodos de estiagem, pois há muitas frutas que têm os seus períodos de produção na época do verão, manga, banana, jaca, umbu, seriguela, caju, entre outras.
8. Aproveitar mato para cobertura: O seu Pedro (Alves dos Santos) do assentamento Carlos Gato, em Arauá, com emissão de posse há dois anos (2011), ainda sem casa construída com recurso do INCRA, mas com o seu barraco de taipa em condições de moradia, explica esse princípio ao descrever o seu processo de plantio de mudas de mamão.

...O o, você tá vendo aqueles matos ali naquele mamão? tem muita gente que às vezes não sabe trabalhar, é porque muitas vezes não sabe, ou não tem coragem, *ói*, não tá vendo aquele... ali dentro dos mamão é cheio de bagulho (restos de roçagem e capina), você sabe pra que é aquele bagulho? Aquele bagulho é adubo! E é proteção, *má* do sol no verão no mamão, eu pego aquele bagaço ali e faço aquela, fechando ali, *má* do sol no mamão, pra não ressecar muito a terra no mamão, ali agora, quando você vier *aguar*, *você já água* (rega) em cima daqueles bagaços ali, no pé do mamão, pronto, ali conserva o tempo todo, se você passar um dia ou dois sem molhar, ele não sente não, porque o sol bate por cima do bagaço, mas embaixo tá fresco, fresquinho o tempo todo, aí pronto, quero ver ele não subir! Agora, quem não sabe, planta aí de qualquer jeito, se tiver água, molha, se tiver um dia de sol, tá estralando, tá seco que o bichinho tá morrendo, se acabando, porque quem não sabe fazer, o jeito de livrar do sol, pra não ressecar ali, né? Nos pés dele, a gente tem que proteger, porque aí *conserva eles*. Aí eu deixo, aquela bagaçada toda ali, tudo pra.. e é adubo (Pedro Alves dos Santos, assentamento Carlos Gato, Arauá, Sergipe, em entrevista).

As coisas têm história, mas algumas são mais difíceis de serem compreendidas, mas é um consenso no meio rural você chamar um terreno de “sujo” quando ele tem mato e de “limpo” quando está completamente descoberto, e o orgulho de quase todo agricultor é ter seu terreno “limpo”, quando é tão clara a necessidade de cobertura no solo, quantos “serviços” são realizados pela flora e fauna que vive na “sujeira” dos terrenos.

9. Troca de saberes, soberania alimentar: A tradição camponesa se fez na oralidade, se fez na garantia da passagem das sabedorias entre os povos do campo, o conhecimento construído em cada uma das experiências camponesas é muito rico, essa sabedoria socializada, e enriquecida pela sabedoria de todos os outros é o que possibilitou a garantia da produção alimentar durante toda a nossa história. Na metodologia “Campefino a Campefino” o que se diz é: “Quando um camponês vê,

ele acredita”, ou seja, as explicações teóricas do mundo servem para o mundo acadêmico, no mundo produtivo, o que vale é o depoimento daquele que conhece na prática o que está dizendo. E a busca da soberania alimentar é o coroamento de todo esse processo, se o saber está presente em todos, não se precisa de muito do que possa vir de fora. Ou pelo menos, a análise crítica com relação ao que vem aumenta.

10. Respeito e valorização da mulher: Como nos explica Di Ciommo (2003), a relação do homem com a mulher pode ser comparada à relação da cultura com a natureza, desde sempre relações arraigadas na dominação e na submissão. Uma mudança nesse paradigma, indicado neste princípio ao se ressaltar a necessidade de se respeitar e valorizar a mulher, pode nos indicar a necessidade também de respeito e valorização devidos pela nossa cultura à natureza, não de uma forma meramente conservacionista, mas de respeito aos ciclos, de tentar associar-se a natureza, ao invés de submetê-la, como nós culturalmente temos feito com relação aos processos naturais, aos agroecossistemas, que também é o que o mundo masculinizado tem feito com as características mais femininas dos seres humanos.

A ideia desses princípios não é estabelecer quem é, ou quem não é agroecológico, o que se quer é nortear uma ação, definir onde se quer chegar e quais são os meios de se atingir esses objetivos. Esse trabalho pretende refinar a metodologia descrita por Holt-Giménez (2008) conhecida por “Campesino a Campesino” na região sul de Sergipe, uma região originalmente produtora de laranja. Essa metodologia, que se transformou em projetos de socialização de práticas alternativas cuidado com o solo e com a água na América Central, teve força de movimento social principalmente no México, na Nicarágua e em Cuba, onde alcançou o seu

maior êxito. É a partir dos agricultores identificados nesse processo, e com mais presença desses princípios nos lotes de suas famílias que se delimitou a abrangência dessa dissertação.

A preferência por agricultores de Estância não foi ao acaso, é esta região onde se concentra a maior quantidade de assentamentos no sul sergipano, e talvez por isso, tenha tido a maior incidência de projetos e ações, de empresas, ong's e do serviço de assistência técnica para a reforma agrária (ATER/ATES) com enfoques agroecológicos. O projeto "Camponês a Camponês" como ficou conhecido, atua desde abril de 2012 com financiamento da Embrapa aprovado em edital interno no seu macroprograma de agricultura familiar, seus objetivos foram incluídos como meta do projeto de assistência técnica 2000/2013 do INCRA e foi apresentado na região através do Colegiado Territorial denominado governamentalmente Território da Cidadania Sul Sergipano, com sua identidade em citricultura. Identidade essa facilmente questionada por se tratar de uma característica inserida por questões mercadológicas e na lógica da produção rural baseada em monoculturas de grandes proprietários. Podendo a identidade real da região ser facilmente deslocada para, por exemplo, o extrativismo da mangaba nas suas regiões de restinga, a pesca e a coleta de mariscos no litoral, entre outras identidades. Porém, ao se considerar, além das extensões de terra cultivada com laranja, o contato dos camponeses e camponesas com a produção citrícola, pode-se perceber como, realmente, esta atividade fez e faz parte do seu cotidiano.

...eu sempre fui catador de laranja em Boquim, sempre trabalhei ligado à agricultura" (José Agnaldo da Silva, assentamento Paulo Freire II, Estância, Sergipe, em entrevista).

A gente morava numa região lá em Boquim que era uma região muito produtora de laranja, né? Monocultura, só mais na laranja e eu tenho minhas profissões na laranja, de ser um agricultor, eu não faço uma coisa só, eu faço de tudo quase um pouco, né?" (Ivanilson Leal Santos, assentamento Paulo Freire II, Estância, Sergipe, em entrevista).

...no ano passado *nós produziu* laranja aqui e não tirou porque não tinha pra quem vender, esse ano já foi diferente, já foi todo pra feira, e aí quando o povo chega na feira que vê, eu posso levar dois sacos de laranja que vende...” (Maria Silvanira dos Santos, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe, em entrevista).

E mesmo os que, porventura, não tenham vindo do trabalho com a laranja, por serem da cidade ou de outras regiões, ao chegarem aos seus lotes, a primeira coisa a fazer no campo é plantar laranja. Afirmando novamente que isso não é suficiente, em nossa opinião, para se definir a identidade de uma região, mas que na prática, pode contribuir como um indicador das práticas locais.

Dessa forma pode-se dizer que o camponês agroecológico é um sujeito composto e complexo, composto de uma vida fundamentada em princípios que o impulsionam a buscar escrever o seu destino, muitas vezes previamente determinado em função da sua classe social ou ascendência familiar, complexo do ponto de vista das interações necessárias tanto ao seu florescimento quanto às suas relações de existência.

CAPÍTULO III - AS PRÁTICAS CAMPONESAS E AGROECOLÓGICAS

“A agricultura tradicional camponesa não é um conjunto de práticas imutáveis e perpétuas, como equivocadamente pensam muitas pessoas” (HOLT-GIMÉNEZ, 2008, p. 144). Partindo desse princípio e considerando a prática camponesa como aquela que, apesar de ser tradicional, ou até mesmo por ser tradicional, é capaz de reinventar-se, encontrando formas de estabelecer-se nos ambientes e contextos mais adversos que se possa ter. Esses ambientes são, muitas vezes, matas e florestas nativas, campos e cerrados, beiras de rio e do mar, beiras de rodovias, latifúndios degradados e até áreas urbanas. O camponês possui um leque de práticas de sobrevivência, e nesse trabalho acreditamos que as práticas que os têm ajudado na manutenção ou apropriação dos seus territórios são práticas em grande parte camponesas e agroecológicas, já que partimos ainda do pressuposto de que são agroecológicas as práticas que contribuem para os processos de campesinização ou recampesinização, no contexto abordado por Petersen (2009).

Na cultura camponesa, ajudar os outros não é instrumentalizar, nem tão pouco é ser altruísta; não é, pois não tem o mesmo significado que poderia ter para a maioria das culturas urbanas ocidentais. A “ajuda” não é vista como um favor quantificável (por isso mesmo não é algo que se paga), é sobretudo uma forma lógica de reduzir a vulnerabilidade social nos tempos difíceis. Por isso tão pouco é uma ajuda “desinteressada”, porque é ofertada a outras pessoas que participam na mesma rede de relações comunitárias, que compartilhem o dar e receber. Neste contexto, ajudar os outros é ajudar-se a si mesmo, indiretamente, mas de fato, não de uma forma intangível (HOLT-GIMÉNEZ, 2008, p. 140).

Entendendo então o conceito de ajudar na cultura camponesa, podemos considerar que essa é uma das práticas fundamentais da convivência entre agricultores que costumamos

chamar de pequenos. No capítulo dois, vimos o Téo (José Valterfranco de Jesus) nos falar do relacionamento com os outros, vizinhos e amigos, e isso foi em resposta à pergunta relativa às suas práticas agroecológicas, vamos chegar, neste capítulo, às práticas propriamente ditas, mas é necessário percebermos o ambiente onde essas práticas têm importância, onde elas são apreendidas e como são compartilhadas. As práticas são parte do conhecimento e abaixo acompanhamos a explicação de Holt-Giménez (2008).

Embora o conhecimento seja algo intangível, é um recurso essencial para a comunidade. A agricultura é uma arte complexa, que requer muito tempo e que se aprende ao longo de muitas gerações. Os agricultores constantemente têm que se adaptar aos riscos e às condições mutáveis que existem: a flutuação do mercado, e degeneração das sementes, a aparição de novas pragas ou as mudanças climáticas. Embora muitas vezes, se acredite que os agricultores guardam como segredo suas descobertas, não é assim: muito do que se aprende em agricultura é graças ao que compartilham. O conhecimento e a informação camponesa, profundamente enraizados na cultura e na sociedade, dependem principalmente do compartilhar a informação e a experiência. Compartilhar é um processo que se desenvolve através de amplas redes sociais sustentadas na independência. O conhecimento, junto com as sementes, o trabalho, os pastos, a água, as matas e outros recursos comunitários, permitem aos pequenos agricultores viver como indivíduos e coletivamente como comunidade, enfrentando os riscos inerentes à agricultura (HOLT-GIMÉNEZ, 2008, p. 140).

Ao longo das entrevistas e, especificamente quando perguntados sobre as suas práticas agroecológicas, os agricultores entrevistados do sul sergipano explicitam suas formas de atuar, onde se pode identificar atividades comuns no rol das “práticas agroecológicas”, tão em voga atualmente, que já identificamos inclusive atuações de empresas e organizações não governamentais disseminando “kits” agroecológicos, se é que isso é possível. Basta pensarmos que a agroecologia é como uma semente, existente em cada agricultor, e que nas condições ideais, boas ou ruins, desabrocha, tornando o seu trabalho mais produtivo, saudável e autônomo. Assim sendo, como é possível um “kit” adequado a todas as situações?

O Téo, em um trecho da sua entrevista vai listando, ligando-as às sua maneira, em uma cadência que descreve um pouco a sua percepção do seu espaço e a sua organização de trabalho.

Cabra que me dá o esterco, com esterco dela eu faço o minhocário, eu faço a compostagem, então, venho trabalhando com a compostagem e com o minhocário com o esterco delas mesmo, eu antes, comprava esterco, mas agora elas estão dando esterco pra mim, junto as folhas secas, que é um adubo assim forte, junto um saco de esterco com dois ou três sacos de folha seca, com dois ou três sacos de mato verde então o meu adubo tá ali, eu junto, então ali é o meu adubo, que eu coloco na terra. Quando eu faço uma leira, que eu cavo a leira de hortaliça pra plantar, aí, é, assim que colho ela, fica o mato verde, então aquele mato verde não carece eu ir atrás de mato verde pra colocar na minha leira, o mato verde que tem ali, um resto de hortaliça, de rúcula de alface ou de coentro, eu enterro eles ali, o verde já tá, eu coloco o esterco e a folhada seca, então ali a leira já tá pronta, é a mesma coisa da compostagem, a compostagem a gente coloca mato seco, verde e o esterco, então eu já faço a compostagem em cima da leira mesmo. Aí descanso ela uns três dias pra poder plantar, assim que ela descansa, que eu faço ela, porque se eu plantar na mesma hora pode até que azede ela, é, fermente, aí eu passo uns dois dias ou três dias e ali eu vou e planto e eu sei que não corro o risco dela fermentar porque já passou três dias, aí eu passo um gadanho que eu mesmo fiz, manual, aí planto (José Valterfranco de Jesus, assentamento Rosa Luxemburgo, Estância, Sergipe, em entrevista).

Em um pequeno trecho, a demonstração da interação animal-cultivo, fechando o ciclo da utilização do esterco como adubo transformado em compostagem, outra prática importante que potencializa a pequena quantidade de insumos do agricultor que possui poucos animais e que, se utilizasse o esterco *in natura* teria uma quantidade insuficiente para o seu plantio, ao agregar as massas secas e verdes, abundantes mesmo nos terrenos degradados da região, além de fazer com que o esterco renda mais, agrega valor ao seu adubo enriquecendo-o com matéria orgânica e com os elementos inerentes a essa matéria.

A utilização do minhocário é outra prática, a nosso ver, de grande valia aos camponeses agroecológicos, pois, quando pensamos na autonomia de insumos, pensamos muitas vezes em animais, que sejam de grande ou pequeno porte, dificilmente possuídos por esses agricultores na quantidade necessária, se configurando assim, as minhocas, nos “animais” perfeitos se somente considerarmos o interesse na produção de adubo, já que a partir de praticamente qualquer matéria orgânica em processo de compostagem podemos ter um adubo de boa qualidade sem os custos e trabalhos inerentes a qualquer criação animal.

A partir da nossa observação, pudemos identificar ainda a utilização por parte do Téo do fertilizante natural comumente denominado de biogeo, que é um adubo líquido produzido à base de água com a adição de rúmen bovino (mas que pode ser qualquer esterco fresco) na proporção de 1 (um) para 20 acrescido de uma pequena quantidade de pó de rocha, ou farinha de osso (50g para 200 litros) e outras matérias verdes e secas em quantidades que não comprometam a fluidez da mistura. Bem misturado e deixado para fermentar por 45 dias, pode ser utilizado em aplicações foliares ou no preparo da terra.

No tocante à diversidade o Téo descreve as culturas que consorcia no que denomina de SAF, inspirado nos sistemas agroflorestais sucessionais tornados amplamente conhecidos por Ernest Götsch (GÖTSCH 1997, 2002, PENEIREIRO, 1999, 2003), onde podemos perceber a prática da diversidade com sucessão, que supra ainda a importante prática da diversidade, já que prepara, não só no espaço, mas também no tempo, aquelas espécies que se complementarão durante os seus períodos de crescimento e produção e também serão matéria orgânica daquelas espécies de ciclos mais longos e muitas vezes perenes que irão compor aquele agroecossistema nos momentos seguintes de produção.

Eu tenho lá mandioca, SAF de cajú, tudo misturado, mandioca com caju, manga, abóbora, tudo misturado, eu plantei, melancia, é eu já tenho mais ou menos uma tarefa plantada, no correr desses dias aí, eu escapo, porque

hortaliça é assim, você tem que estar todo dia nela, mas eu escapo um dia de terça, ou um dia de sábado, ou de domingo, e vou pro lote grande, e lá eu planto um pedaço com a mulher, eu cavando e ela plantando, feijão de arranca, a gente cava todo na cova, e a maniva e o milho, tudo junto, a gente colhe primeiro o feijão, depois o milho, e fica a mandioca na cova, e a abóbora a gente planta no meio também, por que ela atinge um ou dois ou três pés de mandioca, mas a gente planta junto porque no meio de cinco mil pé de mandioca a gente perder um ou dois, não faz falta, por que aquela cova onde a gente põe o pé de abóbora, a mandioca nasce fininho, por causa da folhagem da abóbora, mais é um ou dois, por que depois que a mandioca começa a crescer por cima, a abóbora enrama por dentro e não sobe mais na mandioca, depois de um mês ela não atinge mais e durante um mês e meio é o tempo que a mandioca tá crescendo (José Valterfranco de Jesus, assentamento Rosa Luxemburgo, Estância, Sergipe, em entrevista).

E continua.

O SAF, eu tô trabalhando no sistema de SAF, de cultura consorciada, plantando hortaliça, mamão, porque se a hortaliça *fraquear*, mas o pé de mamão tá bonito, plantando de tudo, plantando berinjela, misturada com pimentão, a única coisa que eu não tô plantando junto é o coqueiro, porque o coqueiro abrange, bananeira, tudo junto, que pra eu chegar, olhar em minha roça e olhar pra ela, e ver um pé de alface feio, mas ver um pé de banana bonito, então, anima, porque se for tudo alface, a lagarta comeu, tá toda feia, aí eu desanimo, mas se eu vejo outro pé bonito... (José Valterfranco de Jesus, assentamento Rosa Luxemburgo, Estância, Sergipe, em entrevista).

E ao explicar uma prática, a dos sistemas agroflorestais sucessionais, apresenta outra prática que pode ser considerada um princípio da agricultura camponesa agroecológica, prática por ser recorrente, e princípio por ser fundamental, que é o trabalho da mulher no campo, que normalmente é contada principalmente nos trabalhos da casa e no cuidado dos animais e dos plantios do lote ao entorno da casa, que pode causar toda a diferença nesta atividade, não só pelo acréscimo de força de trabalho, mas principalmente pelo ganho no tocante à visão do campo, normalmente tão diferente e tão complementar à visão do homem, normalmente dedicado aos plantios mais comerciais, ou comerciáveis, sem muitas vezes

considerar as necessidades familiares de consumo em primeira instância. O que se ratifica na experiência mais ampla de Eric Holt-Giménez, pesquisador e extensionista com experiência nas trocas camponesas na Nicarágua, na Guatemala, no México e em Cuba, como vemos.

O quintal, geralmente, é o espaço que a mulher camponesa maneja e é uma área importante para a inovação. Devido a que as mulheres, nas famílias camponesas, são responsáveis pela saúde e alimentação de toda a família, como uma unidade de trabalho, elas põem atenção especial nas plantas e cultivos que ajudarão a garantir uma boa dieta. O cultivo e o uso de plantas medicinais, também, é uma tarefa frequentemente executada pelas mulheres. As mulheres, além de trabalhar muito no campo nos períodos críticos, quando se requer muita força de trabalho, geralmente cozinham para todos; por isso, constantemente buscam novos cultivos que tenham bom sabor, que demandem pouca água e pouca cocção e que complementem sua dieta habitual (HOLT-GIMÉNEZ, 2008, p. 145).

Já o conhecido Baiano (Josenildo Lopes Pereira), do assentamento 17 de Abril, em Estância-SE, agricultor, feirante e cantor de música romântica, com CD e clipe gravados, que produz hortaliças, frutas, abóbora, entre outras culturas, ainda produz pomadas de ervas medicinais, que aprendeu com índios amazônicos quando viveu em Rondônia por alguns anos, nos explica um pouco, como é na prática a pluriatividade camponesa e como esta se adequa à economia doméstica, que nas suas palavras se explica da seguinte forma.

A rotina é assim, a gente tira o tempo pra duas coisas aqui no campo, então tira um pouco do tempo pra gente cuidar da despesa dentro de casa e nós *tira* um tempo pra agricultura, eu tiro, no caso, eu trabalho no sábado e na segunda na feira, aí, na terça e na quarta *tô* aqui (Josenildo Lopes Pereira, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe em entrevista).

Nas feiras que ele cita, se refere à venda, principalmente das suas pomadas, já que para a venda das frutas e hortaliças, sua esposa, Cristineide Ávila de Carvalho, vai à feira da agricultura familiar, um novo espaço de vendas de produtos do campo especialmente para pequenos agricultores com características familiares, no caso do município de Estância, 60%

dos feirantes ali são provenientes de assentamentos de reforma agrária. E Baiano segue explicando, agora o porquê de ser agroecológico, ou ecológico como ele mesmo diz.

Rapaz, pra ecológico, eu gosto de fruteira, porque a fruteira não... às vezes a pessoa fala, vou comprar um adubo pra botar na fruteira, e não precisa, a fruteira quando ela nasce, já traz o adubo dela debaixo da terra, então, pra natureza, eu gosto de plantar fruta. Pra ter essa sombra que nós estamos aqui. Você já pensou um sítio desse sem árvore plantada? Que calor não era, no verão, no inverno aí, tá tudo dando, porque os passarinhos cantam, gostam, então meu objetivo é criar meu centro de fruteira aqui, levar pelo menos mil pés de fruteira aqui (Josenildo Lopes Pereira, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe em entrevista).

Pode ser que essa ideia de que a “fruteira...traz o adubo...debaixo da terra...” não esteja bem explicada no modo exposto pelo agricultor, mas fato é que as árvores frutíferas, por suas características de produção de massa verde e mesmo de frutos, na sua maioria, produzem uma quantidade de matéria orgânica que, se deixada ao seu redor, lhe provê das substâncias necessárias ao seu desenvolvimento. E o Baiano ainda planeja de forma coerente, pois, para um casal na roça, muitas vezes sem perspectiva de que filhos e sobrinhos permaneçam no campo, é muito mais fácil manejar um pomar de frutíferas do que depender de plantios que demandam mais força de trabalho como são os anuais e as hortaliças. E segue explicando.

...aí eu gosto de fruteira porque ela serve pra galinha, pro alimento de casa, e pra nossa renda, ontem mesmo eu *tava* com o pé de manga ali cheio de manga, e a Cristineide, (na feira da agricultura familiar de Estância) a primeira que vendeu foi a manga... (Josenildo Lopes Pereira, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe em entrevista).

E na economia da roça, o Baiano faz as contas, omite o seu trabalho, mas enfim, é seu, e sendo assim, cabe a ele, contabilizar ou não, é certo que se, de alguma forma, não estivesse sendo remunerado, não continuaria com a produção. Remuneração essa que, sabemos, pode ser monetária ou não.

Eu não compro adubo, meu investimento aqui é pouco, são dois reais, cinco reais a semente de alface que eu compro, o mais caro é a semente de coentro, que é treze reais que eu compro, meio quilo, mas meio quilo de coentro eu planto cem metros de terra, né? Cem metros de coentro, se o coentro dá bom mesmo, se eu fosse pegar ele e vender pra Conab, a um real o molho, daria o que? Três mil reais, eu *tava* ganhando 3 mil conto em cima de treze reais, aí é onde vem a pergunta, dá pra viver de agricultura? Dá! Se você tem seu manejo, dedicar, cuidar, você pegar um lote e não plantar nada... (Josenildo Lopes Pereira, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe em entrevista).

E na reticência deixa transparecer a crítica aos próprios pares, não somente interpretada a partir dessa fala, mas de outras conversas em outras oportunidades em sua casa, deixa clara a sua revolta com o discurso, muitas vezes infiltrado dentro mesmo dos assentamentos, de que “essas terras são ruins”, “sem crédito não dá pra plantar”, gerando ou justificando lotes abandonados e até nunca cultivados, é isso, na nossa opinião que carrega “...você pegar um lote e não plantar nada...” (Josenildo Lopes Pereira, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe em entrevista).

E definindo agricultura, ou pelo menos definindo a sua agricultura, o Baiano, que aparenta muita satisfação na sua condição de assentado da reforma agrária diz:

Às vezes eu levanto de manhã cedo aqui, quatro e meia, eu sento ali, e vou fazendo as minhas pesquisas, eu participo do movimento sem terra, mas faço pesquisas dentro de mim... cheguei aqui, não tinha nada, era uma mata, hoje eu olho, é manga no chão, é maracujá caindo, é jaca botando, agora, tudo isso feito por minha mão! Cada plantinha que tem aqui fui eu que plantei, aí você só pode ter alegria, aí agricultura vai começando assim... (Josenildo Lopes Pereira, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe em entrevista).

O Movimento Sem Terra, sem dúvidas, forma os seus participantes, os mantém informados também, mas é evidente a independência do sujeito, participante do grupo, mas também individualizado, nas suas análises e reflexões acerca das suas próprias ações, e acima

de tudo, orgulhoso do que alcançou e buscando a referência do que vê fora, em si mesmo quando “faço pesquisas dentro de mim”.

Voltando à mulher camponesa, agora um caso menos frequente no sul sergipano que é o caso da escolaridade elevada, possibilitando assim a colaboração na educação do restante do assentamento, a Cristineide Ávila de Carvalho explica a sua atuação, na casa, no trabalho e na sua comunidade.

O meu dia-a-dia, mesmo, assim na roça, é pouco tempo, né, porque as minhas coisas é mais em casa, e você sabe que o meu negócio é mais, que eu sempre tenho, tem ensino também quando tem os programas pelo governo federal, que vem pra gente ensinar os assentados aqui que não sabem escrever, sempre quem se dá mais na roça é Baiano que tá ali direto, e às vezes eu vou, ajudar ele, a gente limpa, tem a horta, entendeu? às vezes a gente tem os produtos de outros agricultores, pra levar pra feira, às vezes têm vergonha de levar, eu vou lá converso com ele, a gente negocia, né, pra levar as mercadorias dele pra feira (Cristineide Ávila de Carvalho, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe em entrevista).

Grau de escolaridade que talvez colabore inclusive nessa habilidade de centralizar em si alguns produtos de vizinhos para a venda na feira da agricultura familiar de Estância, dando-lhe um pouco mais de autonomia, que contribui, com certeza, no desenvolvimento da sua família, mas também do seu assentamento. Sem falar na possibilidade de cursos de alfabetização para crianças e adultos, fator importantíssimo no processo agroecológico, onde as prioridades são as autonomias, lidamos aqui com uma primordial, não saberia denominá-la, mas é a autonomia de saber ler, escrever, contar, conhecer, são portas que se abrem para um mundo de novos conhecimentos, que agregados aos já possuídos no universo camponês, podem ser revolucionárias.

E portas essas muitas vezes abertas pelos próprios camponeses, pelo menos quando abertas por esses, são normalmente muito mais efetivas como diz Holt-Giménez ao explicar o que denomina de Pedagogia Camponesa, “compartilhar experiências de aprendizagem entre

camponeses tem muitas vantagens. A principal é que, enquanto um agrônomo conhecedor é uma boa fonte de informações, um camponês com êxito é uma fonte de inspiração e é um exemplo para os demais” (HOLT-GIMÉNEZ, 2008, p. 150).

Coisas que eu mais Baiano a gente fazia, sem saber que era agroecológico, sobre aqueles que vocês falam, pegar o maracujá e colocar numa árvore, a gente sempre fez, sem saber que era agroecológico, e a gente sempre, nunca deixou o solo totalmente limpo, a gente sempre bota nos pés das árvores. Porque essas coisas de agroecologia *veio* surgir agora, mas já vem de muito tempo dos nossos tataravôs, de tempos atrás, porque essas coisas que *tá* surgindo já vem de muito tempo, não é *d’agora*. Só agora que *tô* botando em prática (Cristineide Ávila de Carvalho, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe em entrevista).

O desabrochar da “semente agroecológica”, que há dentro de cada camponês é uma mistura, do novo, da inovação, do atual, que já realiza com as suas origens, antigas, ascendentes. São esquinas que se dobram, tornando o caminho completamente diferente do que era, com novas perspectivas, mas que contam conosco, com o que trazemos de aprendizados, de heranças, de lembranças e de símbolos que nos identificam.

Há também outras práticas camponesas agroecológicas, que questionam também outros âmbitos da sociedade, e não só o modelo de produção, não só o campo, mas todo o nosso modelo de sociedade, educacional e pedagógico, o que acontece quando todo o aparato social montado para educar a todos de uma só maneira em todos os lugares falha? E quando funciona melhor a convivência com o pai, para fins educativos, será que temos conselhos municipais de educação e escolas preparados para realmente educar? É na cidade que deve ser educada uma criança do campo? Que educação precisa a população rural? Será que temos gestores capacitados para oferecer uma educação pertinente e contextualizada? Deixo essas perguntas para serem respondidas por seu Pedro (Alves dos Santos), do assentamento Carlos Gato, em Arauá-SE:

3.1 Pedagogia “da roça”



Figura 6. "Seu Pedro". Assentado no Carlos Gato, em Arauá.

Fonte: Arquivo do projeto camponês a camponês, 2013.

Foi um tempo, que eu tive um filho meu, chamado Evinho, tô contando história, vou contar história também, aí o menino meu, eu botava na escola, mas ele era muito perverso demais, sabe? aí dava muito trabalho a professora, era muito rebelde, brigava com os alunos, com os outros, ele coisava a professora, e todo dia o conselho tava me chamando, eu trabalhando pra dar de comer aos filhos, pensava que não, chegava o chamado, chega o conselho, chegava lá, o que é que há? - Não, é que seu filho tá aqui, já recebi queixa, tanta queixa, agora quem vai dar jeito é você. Porque o conselho chama os pais, pra ver se dá jeito, quando foi umas duas vezes eu digo é, sabe o que vou fazer com ele? O conselho disse sim? Sabe o que é? Eu vou levar ele pra roça pra trabalhar mais eu! Se ele não quer estudar, só quer esculhambar, brigar mais os meninos, mais os outros alunos, ele tinha na faixa de 10 anos, pra onze, era brigando... eu digo ele vai trabalhar! Mas o conselho, ah! Mas não pode, não, não, não pode aceitar isso, você levar ela pra roça não, que vem a lei e quando vier castiga nós, que nós não pode deixar o menino ir trabalhar na roça mais o pai, se o fiscal chegar e ver ele trabalhando na roça, vai condenar nós do conselho, eu digo não, então quer saber o que eu vou fazer, eu vou deixar o menino pra vocês tomar conta, vai morar aí dentro do conselho porque você não quer que eu leve o menino pra trabalhar, pra educar na roça mais eu, então vai ficar mais vocês, agora lá pra casa não vai não, viu? E nem vai pra escola mais, porque não tô pronto pra ganhar o pão, pra comer e dar de comer aos filhos e vocês tá quase todo dia me chamando pra empatar os dias pra estar aqui no conselho, não tô pronto pra isso, aí ele olhou pra mim - vamos fazer de uma? Eu digo sim - você leve ele pra roça, agora, assim, se chegar algum fiscal, você venha aqui mais ele, pra nós conversar aqui,

mas olhe, e outra, não deixe ele trabalhar mais outra pessoa não, só mais você, que é o pai. Eu digo agora tá certo, agora foi bom, aí chegou no que eu queria, chegou o menino, pra roça! trabalhar mais eu, na roça, -não! vamos! pra roça trabalhar, hoje em dia tá um menino trabalhador de primeira, viu? Agora tá com uns vinte e poucos anos, é trabalhador. Sempre tem aquelas malandragens, porque já veio de pequeno, mas é trabalhador, ele agora não tá nem na roça, tá trabalhando numa firma lá em Aracaju, mas quando ele não tá, em emprego, tá na roça, e se eu não tivesse botado na roça pra vir mais eu? Como esse menino não tava me dando trabalho?! (Pedro Alves dos Santos, assentamento Carlos Gato, Arauá, Sergipe, em entrevista).

Seu Pedro é o agricultor mais produtivo do seu assentamento, nunca usou agrotóxicos e não usa adubos químicos, seu manejo de solo é simples e eficiente, e segundo ele foi aprendido com seu pai. Consiste em deixar a vegetação arbustiva crescer de um ano para outro e chegada a época do plantio passar o trator somente com a grade (menos intenso que o arado) incorporando ao solo toda aquela massa verde, e o que se conta é que até desafiado já foi na sua comunidade.

*...e eu plantava sem adubo e nego se admirava que tava melhor do que o que ele botava adubo, ói, eles, eu tive mandioca aqui, eles disseram, eu vou botar adubo nessa mandioca que eu quero ver se não dá melhor que a de Pedrão, ói, não prestou não, taí esse menino de Itabaianinha, eles compraram adubo, eu peguei a mandioca e vendi pro atravessador, botei aí com a carroça, cada raiz! Ói! tudo grossona! nós vai botar adubo que eu quero ver! se nós não vai vencer a mandioca dele! Ói, eles botaram o adubo na mandioca deles, sabe o que ela fez? Cresceu, cresceu, quando acabar, caiu! Quando foi ver, não tinha raiz nem nada, só fez crescer, botou aquelas *manivona braba*, e não deu nada, nada, aí começaram xingar, que não iam plantar mais, porque, sabe o que foi isso? Eles fizeram aquilo de propósito, com usura, aí Deus, ói, por isso que não deu certo, tem que fazer porque acredito, mas não vá fazer aquilo ali porque aquele outro vai avançar, esse não vai ter nada, aí é pior, por isso que eu digo, eu tenho tudo aqui e não olho nada de ninguém, não olho a roça de ninguém, não saio pra olhar a roça de ninguém, e mesmo se tivesse tempo, não me interessa, só me interessa o meu (Pedro Alves dos Santos, assentamento Carlos Gato, Arauá, Sergipe, em entrevista).*

Mas nos encontros de troca de experiência com outros camponeses o seu Pedro vai, e contribui imensamente com o seu discurso de plantar com o “adubo da terra”, como ele sempre diz. É muito forte, é um trabalho ideológico, de convencimento, que, em palestra no II Seminário de Agroecologia da ATES/INCRA 2000/2013 em Sergipe, Paulo Petersen chamou de guerra do imaginário, esse convencimento ao qual agricultores e agricultoras são submetidos, fazendo-os acreditar na impossibilidade da produção sem a utilização de adubos químicos e agrotóxicos.

Ratificando essa informação Maria Silvanira dos Santos, do assentamento 17 de Abril em Estância-SE, explica como vê a utilização de adubos químicos no âmbito dos assentamentos de reforma agrária. Isso em resposta à pergunta relativa às suas práticas agroecológicas, demonstrando que em toda guerra, como é essa do imaginário da revolução verde, há a resistência, quer seja pela experiência pessoal ou devido às formações às quais se submetem os camponeses e as camponesas:

...não usar o adubo, aquele adubo químico, que pra mim, aquele 18/18(NPK) é o pior adubo que tem. Ele só é adubo pra quem tem plantios, assim, grandes quantidades, que tem muitos sítios, sítios enormes, pra nós pequenos, não é conveniente, não é, e a gente tem como provar, a gente planta macaxeira lá embaixo, tira raiz, tira macaxeira ótima, e não tem um pingão de adubo... (Maria Silvanira dos Santos, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe, em entrevista).

E continua, não só explicitando suas práticas, mas também o porquê delas. E ainda mais importante, discorrendo sobre esse tema da diferenciação dos modelos agrícolas que, nos últimos tempos, tem sido o foco dos conglomerados agrícolas, já não se busca somente explorar a mão de obra camponesa, e sim, fazê-los acreditar no modo de produção empresarial para que estejam sempre em busca de uma modernização estereotipada, desejando sempre ser “como são os grandes”, na sua medida e na sua possibilidade buscando o *status* dos símbolos da modernidade, trator, sementes melhoradas, venenos e adubos

químicos. Além é claro de não plantar para comer, porque “rico” come comprado, seja da feira ou do supermercado, quem come do quintal, ou da roça é “pobre”.

...porque os grandes empresários plantam e eles não se preocupam com alimentação de quem vai comer, eles são diferentes da gente, nós *planta* se preocupando com quem vai comer, *com nós* e com quem vai comer porque nós estamos buscando uma alimentação saudável pra todos nós não estamos aqui querendo investir pra ganhar muito dinheiro, porque tem que ter aquilo bom e grande? Não, nós *quer* é ter aquilo de qualidade, não precisa ter tamanho, precisa ser saudável, que é pra nossa mesa ser sadia, pros nossos filhos, pros nossos netos, nossos amigos, nossos vizinhos, sentir o que é uma alimentação saudável, que também tá levando pro mercado pras feiras livres, que todo mundo já tá sabendo o mal que o químico tá fazendo... (Maria Silvanira dos Santos, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe, em entrevista).

E traz ainda o tema da alimentação saudável, impossível de não ser considerado como prática agroecológica dada a sua relevância estratégica em várias frentes, na própria constituição do povo camponês, um povo bem alimentado, não só na quantidade, mas também na qualidade, tem outra condição de ocupar, resistir e produzir, lemas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Produzir uma alimentação saudável traz independência econômica, traz autonomia, em análises mais sutis, traz também mais pertinência ao alimentar-se dos frutos da terra onde se vive, e no final, e no global, é isso que vai, verdadeiramente, trazer a ideia de soberania alimentar. A que crise pode ser submetido um povo que, tendo a sua terra para trabalhar e viver, produz o seu próprio alimento? As possibilidades são menores e os efeitos com certeza menos drásticos.

...as galinhas aí, que no quintal a gente não come, a gente cria e não mata ela com idade de seis meses porque ela tá nova, e vai pro *Hiperfrango* e compra uma com quarenta dias, enorme! De dois três quilos você chega em casa e gasta o tempero que você tiver todinho mas o gosto só fica no caldo, porque a carne é insossa, não pega nem o sal, e a gente come e ainda diz que tá uma delícia, mas haja estômago pra aguentar, aí vem a pressão, vem a diabetes, vem o colesterol "Ah! no meu tempo não tinha isso!", mas também não tinha químico. Os hormônios, as

crianças com 10 anos *tão* aí, *formada moça*, isso é hormônio demais, também quando dá trinta, trinta e cinco anos *tão* doente, às vezes não vai nem isso, então a gente que vê isso, a gente quer prevenir, não mais a gente, mais os nossos netos, nossos tataranetos, as famílias que tão se gerando agora, que venha a ter essa alimentação que nossos avós tiveram, os nossos avós tiveram essa alimentação saudável, nós não tivemos, nós tivemos uma temporada de químicos que só, só matou, né? Só prejudicou, então a nossa geração agora é fazer pra que nossos netos não passem por o que nós estamos passando e o caminho é a alimentação saudável, que seja de fruta, que seja de tudo, *taí*, tempo de manga isso aí tá cheio... (Maria Silvanira dos Santos, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe, em entrevista).

A galinha já virou um exemplo constantemente utilizado para se introduzir assuntos de agroecologia, alimentação, autonomia, mercado ou saúde. Praticamente todos os camponeses assentados criam galinhas, e todos compram frango de granja, quando não compram ainda ovos. Parece a primeira vista uma grande incongruência, comprar algo menos saboroso, com conhecidos efeitos danosos à saúde ao invés utilizar na alimentação as galinhas e os ovos do quintal. Para começar temos que comparar preços, nos ovos a relação é de dois para um, o de quintal vale o dobro, na carne de frango a relação é ainda maior, podendo chegar a três ou quatro vezes o valor. E isso não é tudo, matar, depenar, tratar e preparar uma galinha de quintal demanda muito mais trabalho, e com o forte convencimento na nossa época da necessidade de comermos proteína animal todos os dias, fica inviável preparar galinhas caipiras sempre.

E a prática da adubação orgânica, muitas vezes tão simples, mas também muitas vezes deixadas de lado pela influência de ideias importadas da cidade talvez, como é comum se ouvir dos agricultores sobre um terreno “limpo” ou “sujo”, onde o peso dessas palavras e o trabalho imaginário para definir que limpo é bom e sujo é ruim tem feito muitos e por muito tempo colocar fogo em montes e montes de matéria orgânica, queimando aquilo que a sua

própria terra mais precisava para em seguida ir à cidade e comprar os insumos para fertilizar a terra que fora, por ele mesmo, subtraída da sua vida, por assim dizer.

...mas a gente não vai perder o tempo de comprar R\$ 80,00 o saco de super simples pra adubar o pé de manga pra ele carregar, pra nós isso não existe, nem a gente quer, então, é aí onde a gente vê a natureza, ali, carrega de pender, mas é o lixo do monturo (restos de folhas e galhos do terreno), é o adubo orgânico que mantém aquelas centelhas ali, essas folhas que a gente varre, eu varro elas aqui, boto na galinhota e jogo lá dentro da horta, pra ir se decompondo lá, a terra só tem a fortalecer (Maria Silvanira dos Santos, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe, em entrevista).

E é no aprendizado coletivo, é no trocar que o camponês aprende e ensina, é vendo as experiências dos vizinhos, ou dos assentados e agricultores de outras comunidades, como podemos entender da fala de Silvanira no trecho a seguir, ela que é agricultora, feirante na feira da agricultura familiar de Estância e ainda coordenadora do seu assentamento, onde trabalha assim, em uma jornada tripla, no lote, na casa e no assentamento.

...aí depois, que eu comecei a acompanhar na visita ao lote dos outros, eu fui percebendo que o limpar o chão, o mato da malhada, não é o suficiente pra ter uma terra boa, a gente tem que ter pelo menos 50% de mato dentro de uma horta, de uma malhada, do que quer que seja, porque aquele mato também vai ajudar as pragas, seja no milho, seja na macaxeira, seja na batata, a batata não quer limpeza, ela quer espaço... (Maria Silvanira dos Santos, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe, em entrevista).

E traz na fala a prática da cobertura do solo, fundamental para as terras degradadas da região sul de Sergipe, que apesar de terem características úmidas, têm sofrido mais a cada ano nos períodos de estiagem, já com muitos focos de identificação de erosão. Misturando a isso o controle natural de pragas, tão óbvio e tão simples quando colocado nas palavras de quem percebeu isso na prática do dia-a-dia, e na observação de outros agricultores já experimentados na cobertura do solo. É o começar a enxergar o solo como “ser vivo”, como

vida e fonte de vida, à sua maneira e a partir das suas prerrogativas, como ela continua a explicar:

...mas eu não posso limpar tudo, eu tenho que rodar meus coqueiros, mas jogar o lixo pra dentro, eu tenho que rodar minhas acerolas, mas jogar o lixo pra dentro, e ter mato, tem que ter mato, porque tem lagarta, tem arapuá, são coisas da natureza, e onde ele não vê nada, ele vai pra lavoura, ele vai pro plantio, e pra gente ter a plantação lá, a gente tem que deixar um pouco de mato, e foi assim que eu me achei e também percebi que a terra fica bem protegida, quando pega o verão, os matos secam, mas eles ficam lá, quando é na época de limpar, você vai ver que, o solo tá protegido, e ajunta muita minhoca também, você não arranca muito, você quer ver a prova da terra tá fértil? É você chegar ali, e limpe, pra ver quanta galinha ajunta lá pra catar bezourinho no chão, então isso é uma prova que a terra tá protegida, se tiver limpo, o que que a galinha vai catar aqui, nada. Agora limpe um pedacinho de enxada ali e saia, elas vão tudo fazer festa, porque ali tem o que elas comerem, então é a prova de que o solo está protegido se tiver mato (Maria Silvanira dos Santos, assentamento 17 de Abril, Estância, Sergipe, em entrevista).

O “lixo” ainda denuncia o passado de consenso com o ideário criado pela agricultura empresarial, de considerar certas plantas “boas” e outras tão ruins a ponto de serem consideradas como lixo, que são as ervas espontâneas, fundamentais nos processos de sucessão ecológica, como forma de aeração e proteção do solo, alimentação de insetos e animais, produção de adubos orgânicos, isso para citar apenas algumas das funções.

Seu Quiquia, o José Souza Ribeiro, coordenador do assentamento Rosa Luxemburgo em Estância, que tem uma participação ativa na sua comunidade administrando a associação local que os possibilita comercializar seus produtos na Conab, por exemplo. E que tem nas suas práticas a agregação de valor aos produtos da mandioca como um destaque, já que no seu lote fica instalada uma casa de farinha comunitária, cuidada por ele, tem sua principal produção para venda na feira da agricultura familiar de Estância os derivados da mandioca, sejam eles, bolos, tapiocas, beijus, mingaus, pés-de-moleque, entre outras delícias. Porém, ao ser

questionado quanto às práticas agroecológicas deixa transparecer uma compreensão ainda superficial do processo de transição agroecológico ao mencionar ações e preocupações muito mais características da educação ambiental e do conservacionismo ambiental. Mas é claro que isso é parte integrante deste processo, contanto que não seja essa conservação um fim em si mesma, mas um meio de fortalecimento da vida individual e em comunidade dos camponeses.

Na verdade as práticas que eu mais contesto elas e vivo com elas, o plantio da macaxeira, que a gente planta, a gente não pode desmatar as nossas beiras de rio, a gente tem uma parte separada, que é as beiras de rio e com a distância de trinta metros as partes de cuidar da mandioca, essa é uma parte que nós do assentamento, vocês já sabem que nós trabalha aqui com o projeto de agroecologia, então quase todos os movimentos que nós trabalha é envolvido nesse projeto (José Souza Ribeiro, assentamento Rosa Luxemburgo, Estância, Sergipe, em entrevista).

Já o Negão, Ivanilson Leal Santos, do assentamento Paulo Freire II demonstra uma maior inteireza na compreensão do processo agroecológico ao descrever suas práticas, de uma forma realmente vivida, onde os símbolos são identificados, do agronegócio e da agroecologia, e utilizados na sua justa medida como é o caso do trator, que muitas vezes é o grande motivo do não desenvolvimento da agricultura camponesa nos assentamentos, que ficam meses esperando pelas máquinas das prefeituras que normalmente chegam depois do período do plantio, mas, ao mesmo tempo, em outros casos se torna o principal causador da degradação e fragilização de solos, à medida que os terrenos são demasiadamente trabalhados com os arados, muitas vezes em extensões maiores do que a possibilidade de plantio daquele ano e assim, ano a ano ficam descobertos na época das chuvas sendo cada vez mais lixiviados e erodidos. Mas com a sua experiência, Negão dá a receita a seguir.

Por exemplo, a questão de não passar trator, ou de passar trator com experiência, né? Saber, estudar o seu solo, ver a espécie da grade, a espécie de trator, ou não passar pra deixar a terra toda aberta demais, que nem o pessoal passa, e isola cada vez mais, que é o que tô fazendo, produzir cada vez mais sem o maquinário pesado dentro

do nosso solo, até você mesmo sabe aí, a gente *tá* com um solo que precisa ser recuperado... (Ivanilson Leal dos Santos, assentamento Paulo Freire II, Estância, Sergipe, em entrevista).

Esse talvez seja o grande gargalo, o grande “pulo do gato”, percebermos a nossa fragilidade, “...um solo que precisa ser recuperado...”, e a partir desse ponto refletirmos que modelo vai nos levar por um caminho de recuperação desse solo, que vai nos possibilitar produzir ao passo que recuperamos as áreas degradadas, é sobre isso que pesquisadores, assessores técnicos e camponeses precisam se debruçar, para juntos encontrarem saídas pertinentes e de sucesso.

... você sabe que aqui não á adaptado pra um coqueiro anão, eu não planto do anão, já planto do coco mestiço, que sempre produz, que ele é mais resistente a seca tal, já não planto mais com as técnicas que eles fazem, que é 50cm por 50cm, eu já faço diferente, né? Já faço 50cm por 50cm por 100cm, né? A laranja é enxertada com 20 ou 25 centímetros, com a espessura de um lápis, eu já não faço isso, a minha já é com 75, né? De altura, a enxertia com 75cm de altura, com 50 por 50 também, depois, tudo adaptado, a minha roça é uma adaptação da realidade que eu vou passando, né? (Ivanilson Leal dos Santos, assentamento Paulo Freire II, Estância, Sergipe, em entrevista).

Precisa de uma definição melhor de “roça”? Essa palavra tão alijada de qualidades, tão frequentemente utilizada para denegrir ou diminuir pessoas, atitudes e costumes, nas palavras do Negão, que batizou a sua forma de plantar de “Roça do Futuro” percebemos a possibilidade do resgate dos valores positivos do “ser da roça”. Preocupação que não é exclusividade de nossas terras sergipanas, encontramos da mesma forma no trabalho de Holt-Giménez (2008) o depoimento de um *campesino* acerca da necessidade de resgate desses valores:

Para nós é muito importante que recuperemos nossos valores culturais, porque nós mantemos uma relação com nosso entorno, com a natureza. Para nós os camponeses, é um privilégio viver no campo porque não temos que depender de muitas coisas da cidade. Nós sabemos que

nós, as famílias camponesas, somos importantes porque somos quem produz a comida, se não produzíssemos, que comeríamos, que comeria o povo das cidades, e nosso país não se desenvolveria (Rogelio Sánchez da Guatemala no livro *Campesino a Campesino* de HOLT-GIMÉNEZ, 2008, p. 152)

E Negão segue descrevendo suas práticas, diversificação, plantio de adubações verdes, frutas, raízes, grãos e as árvores, árvores que são o diferencial nesse tipo de consórcio, tanto as frutíferas como as leguminosas, que normalmente resistem melhor aos períodos de estiagem e produzem seus frutos nessas épocas de maior escassez de alimentos, além de irem, aos poucos construindo microclimas nos lotes desses agricultores em função da sua sombra e da sua produção de matéria orgânica passível de ser utilizada nos plantios, favorecendo ainda aos animais de criação, com sombra e alimento, aos animais silvestres e aos polinizadores, são serviços ambientais poucas vezes contabilizados mas que promovem mudanças e melhoras produtivas perceptíveis.

... inhame, macaxeira, batata, milho, feijão, mucuna, feijão de porco, jaca, manga, coco, dendê, árvore, muitas espécies já de árvore...esse lote aqui tá cheio já, tudo misturado, aqui eu plantei dentro dos meus laranjais e lá tá dentro da roça dos *limão* e dentro da roça, tudo pra colher, uma parte pra colher pra mim e outra parte pra colher pro solo, no caso eu tô plantando agora, que nem eu fiz no ano passado, plantei ano passado e colhe no verão, né? Aí no verão a gente colhe, usa que nem eu tô fazendo agora o café de mucuna e o resto a gente semeia no solo (Ivanilson Leal dos Santos, assentamento Paulo Freire II, Estância, Sergipe, em entrevista).

A “mucuna preta” a qual o Ivanilson se refere é o feijão *terciopelo*, uma leguminosa de rama altamente produtiva de vagens e matéria orgânica capaz de recuperar adubando áreas muito degradadas e que na região sul de Sergipe costumava ser usado como café, torrada e moída, hábito que esse agricultor vem tentando resgatar ao levar o produto para vender na feira da agricultura familiar de Estância, oferecendo até mesmo pequenas amostras aos fregueses para que experimentem em casa, um *merchandising* camponês.

...mas nós não compra a farinha, nem a mandioca, nem inhame, a questão das frutas, nós temos jaca, laranja, abacaxi, temos manga aí à vontade, uma série de coisas que a gente não compra...É uma mandioca que é cuidada na enxada, que num é cuidada no veneno, então é diferente de uma farinha que o cara plantou lá toda na pulverização, entendeu? (Ivanilson Leal dos Santos, assentamento Paulo Freire II, Estância, Sergipe, em entrevista).

E o que se compra e o que se vende também demonstra, com certeza, o maior ou menor grau de transição de cada agricultor e não só “o que”, mas como esse produto é cultivado, e ainda a consciência do agricultor de valorar o seu produto a partir da reflexão da sua forma de trabalho.

Sendo assim pode-se perceber que o universo das práticas, tanto camponesas como agroecológicas é muito amplo, podendo abranger desde a forma como se planta, as maneiras de se educar os filhos, os meios que se busca para comercializar, os modos de vida e as visões de mundo. E o que realmente importa é diferenciar-se, marcando claramente o território de luta que se estabelece bem como a disposição de se lançar mão das mais diversas ferramentas e práticas a fim de se contrapor ao modelos dominantes e opressivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que existem camponeses com características agroecológicas no sul de Sergipe, mas que não se fecham em conceitos estanques, carregam princípios que os identificam com as categorias de campesinidade e agroecologia, dando materialidade às definições e contribuindo com as suas construções.

As histórias de vida e as escolhas realizadas demonstram a unidade existente na diversidade dos camponeses, a centralidade na luta pela terra e a importância fundamental da organização e formação dessas famílias para que identifiquem a si mesmos e à sua luta como importantes esteios da resistência ao modelo de dependência do agronegócio.

E é com as palavras de um agricultor, de um camponês agroecológico que reforço as conclusões deste trabalho, o projeto de sociedade que se baseia na agroecologia como forma de fortalecer o campesinato é a “Roça do Futuro”. Nada mais conhecido do que roça, não há quase quem não tenha, no Brasil, ascendência do meio rural, mas ao mesmo tempo, é a maneira de se fazer essa roça que aponta para o futuro, é a maneira que ela é encarada, social e politicamente que vai definir que país está sendo construído e principalmente, para quem se está construindo.

A ideia “Roça do Futuro” é da família do agricultor Ivanilson Leal Santos, do assentamento Paulo Freire II em Estância, mas abrange todos os camponeses agroecológicos, é um roçado diversificado, com abundância de alimentos, com cuidado com o solo, com árvores, com a consciência de envolver a família, formar politicamente os filhos, valorizar os seus produtos, não só agregando valor com processamentos, mas com o valor do seu trabalho, diferenciado e valoroso.

Esse trabalho é parte de um processo, aquele de entender o campo sergipano no tocante às suas características camponesas e agroecológicas para aprender cada vez mais, por meio das discussões e leituras, quais as possibilidades de atuação que contribuem para o fortalecimento do movimento agroecológico em Sergipe, e como esse movimento pode se colocar, cada vez mais, a serviço do campo, construindo formas cada vez mais justas e equilibradas de se estabelecer relações entre o campo e a cidade, poder alcançar o máximo do que cada uma dessas partes pode contribuir com a outra, buscando uma interação cada vez mais coesa e harmônica entre os atores que compõem cada uma das partes desse movimento, os camponeses, os técnicos, os pesquisadores e a sociedade civil.

É necessário que o “cerco se feche”, as redes componentes dos movimentos por justiça social precisam permear todos os âmbitos da sociedade, as instituições e as classes sociais podem ser engessadas, burocratizadas e alienadas, mas há, em todos os lugares, pessoas dispostas e comprometidas com um projeto de sociedade capaz de construir uma realidade mais igualitária, baseada em valores mais humanos, onde a liberdade seja mais do âmbito do pensamento do que de mercado, que haja igualdade, de fato, dos direitos e que a fraternidade regule mais o mercado do que as religiões.

O camponês agroecológico do sul sergipano é um sujeito agente e atuante na sua comunidade, é formado e informado politicamente e está alerta para os vislumbres falsos da modernização da agricultura, que pretende muito mais do que contribuir para o desenvolvimento do campo, homogeneizar as estruturas rurais com a finalidade de reproduzir no campo a lógica de consumo advinda dos centros urbanos, transformando atores que têm possibilidade de alto grau de autonomia em relação aos mercados capitalistas em modernos “agricultores familiares”, quando têm sucesso na sua lógica, ou em tristes e falidos camponeses que lutam pela subsistência.

Os movimentos sociais do campo têm uma grande missão, depois de lutar e resistir por tanto tempo, alcançar em certa medida os poderes políticos formais, é preciso agora, mais do que nunca, trabalhar para que o protagonismo camponês floresça, o poder e a liderança precisam estar nas mãos dos que de fato fazem a construção desse projeto de sociedade camponesa e agroecológica.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, P. Terra. In: CALDART, R. S. et. al. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 740-743. 2012.
- ALTIERI, M. A. **Las bases científicas para una agricultura sustentable**. Montevideo, Editorial Nord-Comunidad. 1999.
- BOGO, A. Mística. In: CALDART, R. S. et. al. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 473-477. 2012.
- BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.2, abr./junh. 2002.
- CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. In: SILVA, J. G. da; STOLCKE, V. (orgs.) **A questão agrária**. São Paulo, Ed. Brasiliense, p. 133-163, 1981.
- COSTA, F. A. **Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2000.
- COSTA, F. A. e CARVALHO, H. M. Campesinato. In: CALDART, R. S. ET. al. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 113-120. 2012.
- CRUZ, V. do C. Povos e Comunidades Tradicionais. In: CALDART, R. S. et. al. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 594-599. 2012.
- DI CIOMMO, R. C. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11 n. 2. p. 423-443, julho-dezembro/2003.

FERNANDES, B.M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999).**

USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, São Paulo, 1999. (tese)

FERNANDES, B.M. Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, XIII**, 2002, João Pessoa. Anais do ENG... João Pessoa:

AGB, 2002. Acessado em:

http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf

FERNANDES, B. M. **Delimitação conceitual de campesinato.** Texto, 2004.

FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **REVISTA NERA** – ano 8, n. 6 –

jan/jun de 2005 – ISSN 1806-6755 FERNANDES, B.M. Acampamento. In: CALDART, R.

S. et. al. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola

Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 21-25. 2012.

FREIRE, P. **Paulo Freire: última entrevista**. TV PUC de São Paulo, São Paulo, parte I, 1997.

FREIXO, M. A escolha entre UPP ou tráfico é uma armadilha. **Caros Amigos**. São Paulo: Editora Caros Amigos Ltda, p. 16-19, maio de 2013.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Universidade-Editora da UFRGS, 2000.

GÖTSCH, E. **Homem e Natureza, cultura na agricultura** - Recife: Centro Sabiá, 1997.

GÖTSCH, E. Importância dos SAF'S na recuperação de áreas degradadas. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS**. 2002.

GUHUR, D. M. P. e TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et. al. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 57-65. 2012.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 159-176, out. 2010.

- HOLT-GIMÉNEZ, E. **Campesino a campesino: Voces de Latinoamérica** Movimiento Campesino para la Agricultura Sustentable / Eric Holt Giménez. Managua : SIMAS, 2008. 294 p.
- KROPOTKIN, P. **Ajuda Mútua: Um fator de evolução**. São Sebastião, A Senhora Editora, 2009.
- LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan-mar. 2002.
- LEITE, S. P. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Livraria UNESP, 2004.
- LEITE, S. P. Assentamento Rural. In: CALDART, R. S. et. al. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 108-111. 2012.
- LEITE, S. P. e MEDEIROS, S. de M. Agronegócio. In: CALDART, R. S. et. al. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 79-85. 2012.
- MARTINS, J. de S. Reforma agrária, o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo social. Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128. Out. 1999 (editado em fev. 2000).
- MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. P. (org.) **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Ed. Mauad. Rio de Janeiro, 2004.
- PENEIREIRO, F.M. **Sistemas Agroflorestais dirigidos pela sucessão natural: um estudo de caso**. Tese de Mestrado. ESALQ/USP, Piracicaba. 1999. 138p.
- PENEIREIRO, F. M. Fundamentos da agrofloresta sucessional. **IV CBSAF**. Ilhéus/BA. 2002.
- PENEIREIRO, F. M. Fundamentos da agrofloresta sucessional. **II Simpósio sobre Agrofloresta Sucessionais**. Embrapa/Petrobrás. Sergipe, 2003.
- PEREIRA, M. C. B. Revolução verde. In: CALDART, R. S. et. al. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 685-689. 2012.
- PETERSEN, P. e DIAS, A. (org.). **Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades**. Articulação Nacional de Agroecologia, 2007. 284 p.

PETERSEN, P. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 168p.

PETERSEN, P. Palestra sobre agroecologia e campesinato. **II Seminário de Agroecologia da ATES/INCRA 2000/2013 de Sergipe**. Sergipe, 2013.

PETERSEN P., TARDIN J.M. E MAROCHI, F. **Tradição (agri)cultural e inovação agroecológica facetas complementares do desenvolvimento agrícola socialmente sustentado na região Centro-Sul do Paraná**. Texto. Editora Gráfica Popular, 2002.

PLOEG, J.D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro** - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17 – 31.

RAMOS FILHO, E. S. A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato. **Revista NERA**, ano 8, n. 6 – jan./jun. de 2005.

SEVILLA GUZMÁN, E., MOLINA M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**; tradução literal (de) Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 96 p.

SHANIN T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, ano 8, n. 7, Julho/Dezembro de 2005.

SIGAUD, L. As engrenagens das ocupações de terra. In: MANÇANO, B. F., MEDEIROS, L. S. de, PAULILO, M. I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo**. Brasília: Editora UNESP, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, v.2, 369p. 2009.

SILVA, J.G. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, J. G. et. Al. (org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010. P. 157-183.

TENDLER, S. **O veneno está na mesa** (documentário). Rio de Janeiro, Caliban produções cinematográficas, 2011.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

VEIGA, J. E. **O que é reforma agrária**. Editora Brasiliense, 1998. 83 p.

VIA CAMPESINA, **De Maputo a Yakarta. 5 años de agroecologia em La Via Campesina**, Universidade Nacional Agrária La Molina, Peru, 10 al 12 septiembre de 2013.

VIVAN, J. L. Diversificação e manejo em sistemas agroflorestais. In: **III Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais**. 2000. p. 32-41.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato. **XX Encontro anual da ANPOCS**. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro de 1996.

WANDERLEY, M. de N. B. A valorização da agricultura familiar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000. Editora da UFPR.

Anexos



Roteiro de entrevista.

Identidade camponesa:

1. Em relação à terra, como você se define?
2. Em uma escala que vai desde o agronegócio, que se baseia em monoculturas, venenos e sementes modificadas até o pequeno agricultor de subsistência que utiliza unicamente insumos internos, onde você se localiza?

Incorporação de valores agroecológicos:

3. Que práticas você tem no seu trabalho com a terra que você considera ecológicas?

Percepção do projeto “Camponês a Camponês”:

4. O que é para você esse projeto “Camponês a Camponês”, como você o vê?
5. É importante a discussão que acontece nos intercâmbios?

Luta pela terra?

6. Como você vê a luta pela terra em Sergipe?
7. Qual é a diferença do ambiente do acampamento e do assentamento?
8. Qual a sua história de militância no movimento sem terra.
9. Que instituições você percebe a presença nesses seus anos de luta pela terra? Quais contribuíram mais?

Trabalho no campo:

10. Como você vê o trabalho no campo?